

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE- UNESC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ELIANA MARCON CADORIN

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO COM PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE
ARARANGUÁ- SC.**

CRICIÚMA

2012

ELIANA MARCON CADORIN

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO COM PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE
ARARANGUÁ- SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof^o. Esp. Angelo Natal Périco

CRICIÚMA

2012

ELIANA MARCON CADORIN

**FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO COM PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE
ARARANGUÁ- SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Gerencial com ênfase em Finanças Pessoais.

Criciúma, 12 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Esp. Angelo Natal Périco –UNESC – Orientador

Prof^a MSc Kátia Aurora Dalla Líbera Sorato – UNESC – Examinadora 1

Prof^o Esp. Ademir Borges – UNESC – Examinador 2

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que proporcionou toda a força e inspiração, iluminando-me durante a elaboração deste trabalho.

Aos meus pais Dolores e Eugênio, e a minha irmã Mariana, os quais amo muito, e que sempre estiveram ao meu lado confortando-me em cada adversidade além de me ensinarem a encarar esta etapa como uma oportunidade de crescimento profissional e pessoal.

Ao meu orientador, professor Angelo que me aceitou como orientanda. Sua sabedoria e ensinamentos, ajudaram-me a construir cada etapa deste trabalho.

A todos os meus amigos de faculdade, a família que Deus nos permite escolher, os quais me incentivaram e apoiaram, transformando um trabalho individual em uma conquista coletiva.

Aos familiares que estiveram próximos auxiliando na trajetória acadêmica em especial, minha nonna Irene e meus tios: Luzinei, Luciléia e Lúcia.

A todos os professores que responderam o meu questionário e dessa forma contribuíram para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados.

**“Enriqueça em saber e experiência, e as outras
riquezas virão atrás.”
Brian Sher.**

RESUMO

CADORIN, Eliana Marcon. 2012. 94 p. Angelo Natal Périco. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

Este trabalho objetivou identificar as ferramentas que a contabilidade oferece e que são utilizadas por um grupo de professores, que lecionam no período matutino em três escolas estaduais no município de Araranguá. Para atingir o objetivo geral, a pesquisa elencou quatro metas específicas: (i) Revisão bibliográfica; (ii) Apresentação de ferramentas contábeis adaptadas à pessoa física; (iii) Identificar produtos financeiros, tanto de aplicações como de empréstimos que o sistema financeiro oferece à pessoa física além de abordar assuntos pertinentes às finanças pessoais, tratando de planejamento financeiro pessoal, e das demonstrações contábeis que podem ser adaptadas à pessoa física, além de mostrar os principais tipos de seguros ofertados. (iiii) Verificar os hábitos de investimento, pagamento e seguridade dos profissionais pesquisados. A metodologia utilizada envolve pesquisa descritiva, e bibliográfica. Onde se realiza um censo junto aos professores, por meio de levantamento ou *survey* aplicando-se questionários com enfoques quantitativos e qualitativos. O questionário foi aplicado por meio de contato direto e obteve a participação de 69 dos 85 professores pesquisados. Os resultados evidenciam que: a maior parte do grupo pertence ao sexo feminino; que os professores não possuem um conhecimento mais profundo na área pesquisada; 80% dos pesquisados possuem algum tipo de dívida, mencionando-se em 32 questionários o cartão de crédito; a falta de planejamento e controle foi apontada como principal motivo que levou à inadimplência; o meio mais procurado é o empréstimo junto a parentes ou em instituições financeiras; observou-se que grande parte do grupo não realiza planejamento visando a aposentadoria. Diante disso observa-se que a população pesquisada necessita aprimorar os conhecimentos a cerca das finanças pessoais de modo a reconhecer a devida contribuição da ciência contábil. Tem-se a necessidade de disseminar esses ensinamentos para a população num geral por meio de oficinas informativas, para que a mesma além de reconhecer sua importância, utilize esses conhecimentos no cotidiano tendo uma boa saúde financeira.

Palavras-chave: Finanças Pessoais. Educação Financeira. Ferramentas da Contabilidade para Pessoa Física.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Planilha eletrônica de orçamento	26
Quadro 2: Modelo Fluxo de Caixa Pessoal	29
Quadro 3: Balanço Patrimonial Pessoal.....	31
Quadro 4: Índices Financeiros.....	32
Quadro 5: Demonstração do Resultado do Mês	34
Quadro 6: Alíquotas em aplicações de Renda Fixa	36
Gráfico 1: Gênero dos Professores	67
Gráfico 2: Faixa Etária dos Professores.....	67
Gráfico 3: Estado Civil dos Professores	68
Gráfico 4: Escolaridade dos Professores	69
Gráfico 5: Fonte de Renda dos Professores	70
Gráfico 6: Renda Mensal e Sua Contribuição	71
Gráfico 7: Fonte de Educação Financeira	72
Gráfico 8: Educação Financeira e Sua Importância	73
Gráfico 9: Conhecimento dos Produtos Financeiros	73
Gráfico 10: Existência de Controle dos Recursos Financeiros.....	75
Gráfico 11: Ferramentas Contábeis no Controle de Recursos	76
Gráfico 12: Percentual de Renda Investido e Seu Direcionamento.....	77
Gráfico 13: Existência de Dívidas e Sua Natureza.....	79
Gráfico 14: Hábito de Atraso Nos Compromissos Financeiros.....	80
Gráfico 15: Restrições Por Inadimplência e Seu Motivo	81
Gráfico 16: Equilíbrio Entre Gastos e Renda	82
Gráfico 17: Uso do Cartão de Crédito e Pagamento da Fatura.....	84
Gráfico 18: O Planejamento Da Aposentadoria e Sua Forma de Execução	85
Gráfico 19: A Adoção de Seguros e Suas Modalidades.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População Investigada	66
---------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ações ON = Ações Ordinárias Nominativas

Ações PN = Ações Preferenciais Nominativas

Art. = Artigo

BM&FBOVESPA = Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

CDB = Certificado de Depósito Bancário

CDC = Crédito Direto ao Consumidor

CNPJ = Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CPF = Cadastro de Pessoa Física

DPVAT = Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre

DRE = Demonstrativo de Resultado do Exercício

FAT = Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGC = Fundo Garantidor de Crédito

FGTS = Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

IPCA = Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IRRF = Imposto de Renda Retido na Fonte

LFT = Letras Financeiras do Tesouro

LTN = Letras do Tesouro Nacional

MP = Medida Provisória

N. = Número

NTN-B = Notas do Tesouro Nacional- Série B

NTN-F = Notas do Tesouro Nacional-Série F

PGBL = Plano Gerador de Benefícios Livre

OGU = Orçamento Geral da União

RDB = Recibo de Depósito Bancário

SELIC = Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SUSEP = Superintendência de Seguros Privados

TR = Taxa Referencial

VGBL = Vida Gerador de Benefícios Livre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 METODOLOGIA.....	13
2 TERMOS E VARIÁVEIS	15
2.1 CONCEITO DE FINANÇA	16
2.1.1 Conceito de Finanças Pessoais	17
2.1.2 Planejamento Financeiro Pessoal	18
2.1.3 A Influência do Meio	19
2.2 CAUSAS DE ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO.....	21
2.3 A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE PARA AS FINANÇAS PESSOAIS.....	22
2.4 FERRAMENTAS CONTÁBEIS PARA AUXÍLIO AS FINANÇAS PESSOAIS	23
2.4.1 Orçamento	23
2.4.1.1 Orçamento Mensal Pessoal	24
2.4.2 Fluxo de Caixa	27
2.4.2.1 Fluxo de Caixa Pessoal.....	28
2.4.3 Balanço Patrimonial	30
2.4.3.1 Balanço Patrimonial Pessoal.....	30
2.4.4 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)	33
2.4.4.1 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) Pessoal.....	33
2.5 INVESTIMENTOS	34
2.5.1 Renda Fixa	35
2.5.1.1 Caderneta de Poupança.....	37
2.5.1.2 Certificados de Depósitos Bancários e Recibos de Depósitos Bancários	39
2.5.1.3 Títulos de Capitalização	40
2.5.1.4 Tesouro Direto.....	41
2.5.2 Renda Variável	44
2.5.2.1 Ações	45
2.5.3 Renda Mista	47
2.5.4 Planos de Previdência Privada	48

2.5.4.1 Fundo de Previdência Privada Aberto	49
2.5.4.2 Fundo de Previdência Privada Fechado.....	51
2.5.5 Compra ou Locação de Bem Imóvel.....	51
2.6 EMPRÉSTIMOS.....	52
2.6.1 Empréstimo Pessoal e Consignado em Folha	53
2.6.2 CDC- Crédito Direto ao Consumidor	54
2.6.3 Cheque Especial.....	55
2.6.4 Cartão de Crédito e de Débito	56
2.6.5 Financiamento da Casa Própria	57
2.6.6 <i>Leasing</i>.....	58
2.7 SEGUROS.....	59
2.7.1 Seguro de Vida	61
2.7.2 Seguro de Acidentes Pessoais	62
2.7.3 Seguro de Automóvel	63
2.7.4 Seguro Residencial	64
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	65
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO.....	65
3.2 INDICADORES PESSOAIS.....	66
3.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	71
3.4 FERRAMAMENTAS CONTÁBEIS NO PLANEJAMENTO PESSOAL.....	74
3.5 HÁBITOS DE INVESTIMENTO	77
3.6 HÁBITOS DE PAGAMENTO	79
3.7 HÁBITOS DE SEGURIDADE.....	84
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE.....	94
APÊNDICE A - Questionário Aplicado no Levantamento de Dados.....	95

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, serão expostos o tema e problema objetos de pesquisa, destacando-se a importância de se realizar tal investigação. Posteriormente, descrevem-se o objetivo geral os objetivos específicos do assunto estudado. Ao longo do texto, apresenta-se a justificativa do estudo, identificando-se a sua relevância na contribuição teórica, prática e social. Por fim, identificam-se os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração do trabalho de conclusão de curso.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Percebe-se, no convívio social da atualidade, uma lacuna na prática do conhecimento que envolve planejamento financeiro e finanças pessoais. Observa-se que muitos cidadãos convivem com dívidas cada vez maiores e com um descontrole total na gestão e planejamento das entradas e saídas de recursos financeiros.

Facilmente influenciado pelo *marketing* e pela mídia, o cidadão acaba realizando despesas na aquisição de bens, produtos e serviços, com taxas de juros e prazos inadequados.

Muitas vezes, a pessoa realiza, por impulso, compras não planejadas de bens, produtos e serviços desnecessários, comprometendo, no médio e longo prazo, o seu orçamento pessoal e doméstico. Isto, sem levar em conta que muitas vezes pensa que está adquirindo um ativo, quando na realidade está incorporando ao seu patrimônio, um passivo.

O mercado é tentador, extremamente criativo e profundo conhecedor das ferramentas de *marketing*, por isso utiliza-se de recursos da mídia para alienar o cidadão através do consumo.

Agrava ainda mais a situação, o fato de praticarem-se, no Brasil, as taxas de juros mais elevadas do mundo, somando-se a isto, convive-se com um índice de inflação baixa o que permite a concessão de crédito de médio e longo prazo, dificultando ao cidadão carente de educação financeira voltar ao equilíbrio de suas finanças.

Diante deste contexto, com o auxílio da Contabilidade, que não se trata de uma ciência apenas aplicada às empresas, buscar-se-á a possibilidade de adaptar os conhecimentos contábeis às pessoas físicas, ajudando-as, assim, no controle e planejamento dos próprios recursos financeiros e patrimoniais, utilizando-se das mesmas ferramentas usadas no cotidiano empresarial.

Foi elaborada uma pesquisa de campo envolvendo profissionais com nível superior de diversas áreas do conhecimento que atuam como professores em três escolas na cidade de Araranguá, pois os mesmos são propagadores do conhecimento. O estudo possuiu o intuito de responder à seguinte problemática de pesquisa:

Conhecer como um grupo de professores graduados executa a administração de seus recursos pessoais?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral deste estudo consiste em conhecer como um grupo de professores graduados que lecionam em cada uma das três escolas pesquisadas do município de Araranguá, executa a administração de seus recursos pessoais.

Os objetivos específicos elencados visando responder ao problema de pesquisa são:

- ✓ Revisar alguns autores buscando conhecimento teórico para fundamentar a pesquisa a ser realizada;
- ✓ Apresentar as ferramentas contábeis que podem ser adaptadas à pessoa física;
- ✓ Identificar produtos financeiros, tanto de aplicações como de empréstimos que o sistema financeiro oferece à pessoa física;
- ✓ Verificar os hábitos de investimento, pagamento e seguridade dos profissionais pesquisados.

1.3 JUSTIFICATIVA

A contabilidade fornece uma série de demonstrativos sobre as operações que ocorrem no dia-a-dia das empresas, sendo que seus trabalhadores estão

constantemente planejando e organizando os recursos da entidade, por meio de registros. É importante ressaltar que essa ciência, possui ferramentas que são úteis e, além disso, podem auxiliar também às pessoas físicas a terem, por sua vez, um planejamento financeiro pessoal.

Ferreira (2006, p. 16) destaca que,

a administração das finanças pessoais é um dos campos do conhecimento que tem mais crescido nos últimos tempos. As frequentes crises econômicas do nosso país e do mundo, as elevadas taxas de juros com as oscilações da taxa Selic e a falta de educação financeira são os principais motivos por esse assunto estar cada vez mais em livros [...]

Diante dessa exposição, é possível identificar a importância da pesquisa que objetiva investigar as ferramentas que a Contabilidade disponibiliza para as pessoas físicas otimizarem a gestão do planejamento financeiro pessoal e, se estas, são utilizadas por um grupo de profissionais da área de educação. Esta ação, irá contribuir no âmbito teórico e prático para que as pessoas físicas, em especial as do meio acadêmico, conheçam essas ferramentas e os termos financeiros e contábeis utilizados no dia-a-dia. Observa-se que ao longo da sua vida escolar, o cidadão não recebe os conhecimentos pertinentes à educação financeira, tendo que buscá-los por vontade própria e, quando esse interesse não ocorre, a gestão financeira pessoal acaba comprometida.

Com conhecimentos em Contabilidade, é possível observar-se que as pessoas elaboram uma série de planilhas contendo, por exemplo, o seu balanço patrimonial adaptado, fluxos de caixa, planilhas de gastos e, assim, possuem um planejamento pessoal de modo a verificar a entrada de recursos de cada mês e o seu respectivo destino. Deste modo, a referida pesquisa colabora também no âmbito social para que a população busque um equilíbrio financeiro.

Portanto, a pesquisa justifica-se pelo intuito de identificar as ferramentas existentes na Contabilidade que podem auxiliar na gestão do planejamento financeiro pessoal e, se havendo o conhecimento das referidas ferramentas por parte da população pesquisada, as mesmas são postas em prática.

1.4 METODOLOGIA

Ao longo da pesquisa, são utilizados métodos e técnicas de metodologia científica. Tais instrumentos possibilitam identificar hipóteses para obterem-se

respostas aos problemas estabelecidos. Diante disso, Beuren (2006 p. 54) destaca que:

o rigor científico da pesquisa e a qualidade dos resultados do estudo dependem da correta definição dos métodos e procedimentos a serem adotados para a observação e coleta de dados, a mensuração das variáveis e as técnicas de análise de dados.

Quanto à tipologia, adota-se a pesquisa descritiva. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006, p.102) a esta modalidade, pretende “[...] medir ou coletar informações de maneira independente ou conjunta sobre conceitos ou variáveis a que se referem”. Foram observados e descritos os aspectos pertinentes ao conhecimento em finanças pessoais envolvendo as ferramentas contábeis adaptadas à pessoa física e o planejamento financeiro do grupo pesquisado, além de averiguar seus hábitos de pagamento, investimento e seguridade, fazendo uso de técnicas existentes para coleta e análise de dados.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, será realizado um estudo bibliográfico definido por Theóphilo e Martins (2009, p.54) como aquele que,

procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, [...] um excelente meio de formação científica.

Para a realização do embasamento teórico, serão utilizados os meios e materiais indicados pelos autores de modo a revisar e analisar o assunto do trabalho e obtendo subsídios necessários para formulação de hipóteses a respeito do material estudado.

O estudo fez uso do levantamento ou *survey*. Segundo Appolinário (2006, p. 115) essa modalidade “tem por finalidade apenas investigar as características de determinada realidade ou mesmo descobrir as variáveis componentes dessa realidade”, ou seja, serão investigadas quais as ferramentas que a Contabilidade disponibiliza ao grupo pesquisado e o seu respectivo uso no cotidiano.

A coleta desses dados foi obtida por meio da aplicação de um questionário entregue aos professores graduados de três escolas do município de Araranguá. Este instrumento, conforme Gil (1994) é uma técnica de investigação que contém perguntas abertas e/ou fechadas as quais possibilitam o conhecimento das opiniões, situações vivenciadas de determinado grupo pesquisado.

A pesquisa aborda o problema por meio de estudos quantitativos e qualitativos. Observa-se que “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego

de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados [...] se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos”. (BEUREN, 2006, p.92). Diante disso, foram aplicadas perguntas fechadas a fim de identificar tendências do grupo pesquisado.

Já o enfoque qualitativo de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006, p.11) “[...] não pretendem generalizar de maneira intrínseca os resultados para populações mais amplas, nem necessariamente obter amostras representativas [...]”. Os referidos autores destacam ainda que tal pesquisa proporcione profundidade aos dados de modo a conseguir uma análise rica em detalhes e experiências únicas. O modo quantitativo fornece dados passíveis de generalizações sendo possível a réplica do trabalho realizado com outro foco.

Neste trabalho, os dois enfoques, o qualitativo e o quantitativo, foram utilizados de modo que um complementou o outro.

A população objeto de estudo envolveu professores que possuem graduação, pesquisaram-se três escolas da rede estadual da cidade de Araranguá. Pretendeu-se, com a execução da pesquisa, identificar o conhecimento dos pesquisados em relação às ferramentas contábeis adaptadas às finanças pessoais bem como conhecer seus hábitos de pagamento, investimentos e seguridade realizando-se, assim, um censo.

De acordo com Appolinário (2006) o censo estuda todos os cidadãos que fazem parte de uma população. O referido autor conceitua população como um grupo que possua características em comum podendo ser a totalidade de pessoas, animais, situações, entre outros.

Com relação à escolha das escolas, esta foi feita por meio de sorteio aleatório, gerando, deste modo, uma situação em que, segundo Barros e Lehfel (2000), todos os elementos do grupo a ser pesquisado possuem chance igual de serem escolhidos.

2 TERMOS E VARIÁVEIS

O presente capítulo trata dos principais conceitos pertinentes ao tema do trabalho. Aborda-se, no primeiro momento, conceitos relativos à Finança, adaptando-a ao meio pessoal. Logo após, trabalha-se o planejamento financeiro pessoal. Procura-se entender as influências do meio e as causas de endividamento

da população. Identifica-se ao longo do capítulo a contribuição da Ciência Contábil elencando-se as principais ferramentas e demonstrações que esta possui para auxílio na gestão financeira pessoal. Posteriormente, busca-se informação dos principais investimentos, empréstimos e seguros disponíveis atualmente para as pessoas físicas.

2.1 CONCEITO DE FINANÇA

A finança, presente em toda trajetória profissional e pessoal do cidadão, é definida por Gitman (2001, p.49) como sendo “a arte e a ciência de gerenciamento de fundos que afetam a vida de qualquer pessoa ou organização.” Observa-se que, independentemente da área de estudo que o indivíduo optar, este, precisará de conhecimentos em finanças para efetuar suas ações cotidianas envolvendo o gerenciamento de dinheiro.

Corroboram com tal conceito, Bodie e Merton (1999, p.32) afirmando que finança refere-se ao “[...] estudo de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo.”

Porém, nem sempre estes ensinamentos chegam até as pessoas. De acordo com Cerbasi (2004, p. 60), “[...] a educação financeira infelizmente ainda não é uma realidade nas escolas brasileiras em todos os níveis.” Como consequência identifica-se neste aspecto, a dificuldade da maioria das pessoas em atingirem a independência financeira.

Para Sher (2009, p. 45), “a educação formal pode influir sobre um trabalho assalariado, mas não afeta as chances de real independência financeira. [...] todos os indivíduos que enriqueceram são bem formados na arte de ganhar dinheiro.” Observa-se com tal citação a importância do estudo das finanças para o cidadão.

De acordo com Cerbasi (2004, p. 60),

se aquilo que se ensina nas escolas fosse exemplificado com casos cotidianos das famílias, é provável que grande parte dos brasileiros ingressasse em seu primeiro emprego com planos de independência financeira ao menos esboçados.

Observa-se neste contexto, que a ação exposta pelo autor acima contribuiria para o melhor desenvolvimento social, desempenhando forte influência

na população que desde cedo com o auxílio dos conhecimentos em finanças aprenderia a lidar com o dinheiro de forma consciente.

Diante disso, Domingos (2007) complementa, que a busca por essas informações carentes no processo de ensino atual, é um dos primeiros passos para quem deseja melhorar a situação financeira pessoal. A seguir descreve-se o conceito de finanças pessoais.

2.1.1 Conceito de Finanças Pessoais

O mundo atual troca serviços e produtos por dinheiro. Portanto, faz-se necessário um melhor entendimento sobre a questão para que as pessoas tenham um bom desempenho financeiro. Saber como utilizar o dinheiro é algo indispensável para que cada pessoa atinja seus objetivos e tenha uma vida financeira saudável. Os objetivos pessoais devem estar bem claros e, para que seja possível o seu alcance, se faz necessário o planejamento, a organização e o controle de tudo aquilo que o cidadão receber.

Conforme Ferreira (2006 p. 17) as finanças pessoais são definidas “como o processo de *planejar, organizar e controlar* nosso dinheiro, tanto em curto quanto em médio e longo prazo.” O autor explica ainda, que o ato de planejar envolve a determinação antecipada daquilo que se pretende com o dinheiro ganho e então traçar objetivos para com ele. Já o item de organizar significa avaliar os hábitos de consumo e investimento procurando atingir os objetivos antes definidos. E, por fim, o ato de controlar, definido pelo autor, constitui-se em garantir que os resultados planejados saiam de acordo com o que foi estabelecido.

“A negociação envolvendo dinheiro é um jogo e se você não souber direitinho as regras, poderá ser engolido pelo adversário. Ignorá-las é compatível à estratégia do avestruz, que se esconde do problema ao invés de enfrentá-lo.” (PASCHOARELLI, 2007, p. 7).

Diante do exposto, observa-se que os autores citados destacam que não basta saber que existe uma ciência que controla as finanças pessoais, é preciso fazer uso de suas ferramentas para possuir um bom desempenho financeiro. Conhecendo-se os objetivos pessoais, torna-se fácil a elaboração de um planejamento financeiro pessoal, onde o indivíduo fará parte do processo definido

por Ferreira, e evitará que aconteça o que Paschoarelli definiu como estratégia do avestruz.

“É muito comum ver a tentativa dos pais de mostrar aos filhos como é importante ganhar dinheiro, mas raros são os que se preocupam em prepará-los para administrar esse dinheiro, gerando riqueza para si e para outros.” (DOMINGOS, 2007, p. 25). Entende-se que o conhecimento em finanças pessoais auxilia os cidadãos a terem um planejamento, objetivos e metas para o uso do dinheiro.

2.1.2 Planejamento Financeiro Pessoal

Planejar é algo fundamental para atingir o foco em todos os assuntos da vida. E quando o assunto é dinheiro, Ferreira (2006, p.19) explica que:

as pessoas não podem lidar com seu dinheiro na base da improvisação. [...] No planejamento, determinamos antecipadamente o que pretendemos com nosso dinheiro e detalhamos os planos necessários para alcançar o (s) objetivo (s) definido (s).

Diante disso observa-se que ao lidar com dinheiro é necessário certo preparo, e metas que tornem possíveis os sonhos traçados. “Ele *não* diz respeito a decisões futuras, mas sim ao futuro impacto das decisões que são tomadas *hoje*. O planejamento implica avaliar o futuro e preparar-se para ele, ou mesmo criá-lo.” (CARAVANTES; PANNO; KLOECKNER, 2005, p. 404).

Entende-se que essa ferramenta é importante para que as pessoas consigam saber utilizar os recursos e, desse modo determinar, de forma antecipada seus sonhos e o trajeto para alcançá-los.

Sobre isso, Cerbasi e Barbosa (2009, p. 159) alertam que:

usar a memória para planejar qualquer coisa é muito ineficaz e, ainda em curto prazo, tende a uma total perda de controle. É fundamental que você utilize uma ferramenta de organização adequada para ter um planejamento eficaz.

Diante do exposto, observa-se a importância de usar ferramentas que possibilitem a criação de uma fonte de informações, a fim de que nada fique esquecido. O cotidiano atarefado do cidadão muitas vezes pode fazer com que algumas atividades de planejamento sejam esquecidas, comprometendo o controle de seus recursos.

Para Frankenberg (1999, p.31) é necessário

[...] estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Esta estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazos [...].

A divisão de prazos ocorre segundo Ferreira (2006), devido aos vários tipos de objetivos traçados e sua respectiva importância. Então, o autor alerta que se faz necessária a segregação daquilo que se quer atingir em até um ano, configurando-se como o planejamento de curto prazo. Posteriormente tem-se o planejamento de médio prazo que engloba os objetivos entre um e cinco anos, e por fim ficam classificadas no longo prazo aquelas metas que serão alcançadas após os cinco anos.

Compreende-se que essa tarefa deve ser feita de forma precisa, onde o indivíduo busque sempre saber aquilo que planejou para então tomar suas decisões financeiras de maneira adequada. (FERREIRA, 2006).

O processo de planejamento implica em determinação para que as metas traçadas sejam atingidas. Domingos (2007, p. 68) destaca que “muitas vezes, não damos a devida atenção ao planejamento financeiro porque não temos objetivos concretos.”

A respeito dessa questão, Frankenberg (1999, p. 31) complementa que “conscientemente, o indivíduo estabelece uma linha de conduta financeira que gostaria de seguir e os principais objetivos que almeja alcançar na vida.” Tais objetivos são mutáveis e ao longo do tempo passam por ajustes.

“O hábito de administrar o dinheiro é mais importante do que a quantidade de dinheiro que você tem.” (EKER, 2006, p. 138). Assim, contribuindo com os demais autores, Eker ressalta a importância do bom planejamento.

2.1.3 A Influência do Meio

As pessoas são as responsáveis por suas escolhas, não podendo transferir a culpa dos atos incorretos ao meio em que vivem. Porém, a televisão, as revistas, jornais e a *internet*, estão constantemente ofertando vários produtos e serviços e disponibilizam formas cada vez mais maleáveis de pagamento o que influencia no consumo da população. Cabe a cada um decidir o que realmente está

necessitando e então fazer escolhas conscientes evitando-se itens supérfluos nas compras.

Cerbasi e Barbosa (2009, p. 58-59) afirmam que “mesmo que certas circunstâncias nos sejam impostas em nossa vida, a nossa reação a esses fatos é baseada em escolhas. Isso faz toda a diferença.” Os autores complementam ainda que “muitas escolhas são feitas de forma totalmente inconsciente. Nossa criação, nosso ambiente e as oportunidades que nos foram dadas, de certa forma, influenciam muito a maneira como decidimos o que fazemos hoje em dia.”

Frankenberg (1999) faz um lembrete diante dos variados meios de informação para que estes não sejam adotados como única fonte determinadora de pensamento e aplicação de reservas, pois, nem sempre esses profissionais agem de forma profissional, imparcial e racional.

Diante dos diversos desejos de compras, “uma boa maneira de superar as tentações naturais é assumirmos compromissos com nós mesmos. Devemos sempre estabelecer metas, escrever regras e reavaliar nosso desempenho periodicamente.” (HALFELD, 2007, p. 25).

Com base na adoção do planejamento pessoal, Cerbasi e Barbosa (2009, p. 52) afirmam que “como acontece com qualquer nova regra que tentamos nos impor, a etapa mais difícil é a inicial, quando mudar nos causa estranheza e desconforto.”

Neste contexto, observa-se que as pessoas vão aos poucos amadurecendo e ganhando conhecimento daquilo que lhes é ofertado e o que realmente necessitam para viver.

Identifica-se que “quem quiser colocar as contas em ordem e saber para onde vai o dinheiro deve ter disciplina para monitorar os gastos. [...] À medida que você for controlando sua vida financeira, os benefícios irão começar a aparecer.” (TOMMASI; LIMA, 2007, p.31).

Observa-se que,

na sociedade de consumo, muitos confundem os verbos **necessitar** e **precisar** com o verbo **desejar**. Assim dizemos: – **Necessito** de um carro novo. – **Preciso** de uma viagem ao exterior nas férias. – **Necessito** comprar umas roupas melhores. Na verdade, o verbo **desejar** deveria ser escolhido nesses casos. (HALFELD, 2007 p. 24-25).

Conforme Frankenberg (1999), não existem milagres: é necessário que, ainda jovem, as pessoas pensem em sua vida financeira de forma consciente.

Sendo assim, elas poderão adotar medidas preventivas que complementem sua aposentadoria. Desse modo, alguns esforços em relação aos estímulos do meio em que vivem, terão que fazer para que seus sonhos e metas sejam alcançados.

2.2 CAUSAS DE ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO

Por influência do meio em que vivem, as pessoas recebem ofertas de produtos e serviços a todo momento, entretanto, o que acontece é que nem sempre possuem os recursos necessários para tais aquisições. Com isso os bancos e financeiras entram em cena, ofertando crédito e, desse modo, possibilitando o tal desejo de consumo.

“Diante da maior facilidade de acesso ao crédito [...] muitos consumidores não resistem e acabam optando pelo financiamento de suas compras.” (TOMMASI; LIMA, 2007, p. 85). É possível que as pessoas utilizem seus limites de cartões de crédito, do cheque especial, façam antecipações de Imposto de Renda, décimo terceiro salário e, muitas vezes a tomada de decisão ocorre no impulso, desequilibrando o orçamento.

Aconselha-se segundo Domingos, (2007, p. 56) que,

observe o que você compra e em que situações é feita a compra. [...] há momentos em que a atitude da compra ocorre mais por uma necessidade de satisfação de outra ordem do que de uma necessidade do objeto da compra em si, pare e reflita antes de comprar.

Frankenberg (1999) aponta como causa do insucesso, e consequente endividamento, a falta de reservas financeiras para as situações adversas, pois, segundo o autor, quem consegue poupar facilmente dispõe dos recursos para sair da situação adversa.

Para Tommasi e Lima (2007, p. 85 - 88) vários fatores levam as pessoas a contraírem dívidas e diante deles, identificaram os 10 principais:

- Perda de renda sem ajuste nas despesas: quando o ganho mensal sofre uma retração, porém as despesas não são reajustadas.
- De repente você está desempregado: diante de tal situação o corte de gastos torna-se indispensável para que o equilíbrio financeiro seja atingido.
- Despesas médicas podem acabar com sua saúde: financiamento torna-se a única alternativa para honrar o pagamento das dívidas evitando dessa maneira, a inadimplência.

- Divórcio: separação de bens, mas não de gastos: uma vida que antes era toda partilhada com rendimentos e gastos, torna-se agora gastos que se deve arcar sozinho e, portanto abalam a estrutura orçamentária. Incurrendo, além disso, possíveis gastos com advogados, pensões, tratamentos.
- Jogos e outros vícios: apesar de ilegal, muitas pessoas jogam e se viciam, perdendo o controle sobre seus recursos. Além disso, existem também os outros vícios como o alcoolismo, drogas, consumo compulsivo.
- Gastando aquilo que não recebeu: este fator é bastante comum e compreende as antecipações feitas pelas pessoas de suas férias, décimo terceiro salário, e em algumas situações os valores ficam abaixo do previsto acabando por levantar dívidas que arquem com os gastos antecipados.
- Incapacidade de administrar dinheiro: poucas pessoas conhecem o destino de seu dinheiro, e por isso acabam gastando além do valor auferido. Deve existir o consumo consciente para que se tenha a gratificação do equilíbrio financeiro.
- Dificuldade de poupar: uma reserva para as situações de emergência é uma atitude para evitar o endividamento. E também é possível que alguns dos itens acima citados afetem o orçamento.
- Quando falar sobre dinheiro é tabu: a família deve ter metas juntas para que todos saibam da realidade de gastos, e assim evitar uma conta de telefone absurda ou uma fatura de cartão de crédito altíssima.
- Analfabetismo financeiro: existe uma grande parcela da população que não sabe como administrar a vida financeira. Como em outra área de ensino, a educação financeira exige treinamento, para que seja conhecida e colocada em prática.

Esses motivos expostos afirmam cada vez mais a importância da educação financeira.

2.3 A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE PARA AS FINANÇAS PESSOAIS

A Contabilidade de acordo com Sá (2002, p. 46) é definida como a “ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamento dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais.”

Neste contexto observa-se que “a contabilidade não deixa de desempenhar seu papel de ordem e controle das finanças também no caso dos patrimônios individuais.” (IUDÍCIBUS, 1998, p. 24). De acordo com este autor, é possível que se faça uso das ferramentas dessa ciência aplicadas ao meio empresarial para, assim, auferir o controle das finanças pessoais.

No dia a dia, as pessoas, de acordo com Iudícibus (1998), acabam esquecendo-se de alguns ensinamentos de Contabilidade que auxiliariam no controle e equilíbrio nos orçamentos familiares. O que acontece é a falta de planejamento por não buscarem subsídios nessa ciência que é tão indispensável à vida das pessoas.

Diante das citações feitas, observa-se que as ferramentas de controle utilizadas nas empresas para o controle do patrimônio e alcance de objetivos podem servir também para pessoas físicas controlarem e registrarem seu patrimônio.

2.4 FERRAMENTAS CONTÁBEIS PARA AUXÍLIO AS FINANÇAS PESSOAIS

A contabilidade como ciência vem para controlar o patrimônio e registro por meio de seus demonstrativos e ferramentas, identificando as alterações que este sofre. Sendo assim, é aplicada nas empresas e se adaptada, pode auxiliar as pessoas físicas. As ferramentas objetivam basicamente, “prover informação útil para a tomada de decisões.” (IUDÍBUS; MARION, 2007, p.17).

Neste contexto, Braga (2006, p.75) expõe que

as demonstrações contábeis, [...] tem por objetivo, revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações sobre patrimônio e os resultados da empresa, a fim de possibilitar o conhecimento e a análise de sua situação econômico-financeira.

Observa-se então, que “o uso contínuo das ferramentas lhe dará segurança e foco nas escolhas.” (CERBASI; BARBOSA, 2009, p. 162).

Entende-se que se pode elaborar, utilizando os conhecimentos da contabilidade, as ferramentas listadas a seguir, adaptando-as ao meio pessoal. Além dessas ferramentas, a Contabilidade possui como instrumento de análises, dos índices financeiros de liquidez, poupança e de cobertura de despesas mensais. (FERREIRA, 2006). Que contribuem para o acompanhamento do desempenho financeiro.

2.4.1 Orçamento

Em Contabilidade, “orçar significa processar todos os dados constantes do sistema de informação contábil de hoje, introduzindo os dados previstos para o próximo exercício.” (PADOVEZE, 2003, p. 189).

Observa-se que esta ferramenta contribui para melhor controle do planejamento, e que se aplica às atividades tanto econômicas quanto financeiras de uma entidade. O orçamento compreende valores a receber e a pagar da empresa. É composto por valores previstos e realizados. (LIMA, 1975).

Neste contexto, explica-se de acordo com Figueiredo e Caggiano (2008, p. 20) que o orçamento “constitui-se de planos específicos em termos de datas e de unidades monetárias, visando orientar a administração para atingir os fins específicos em meta, ou seja, os objetivos empresariais.”

Para Padoveze (2003, p. 189) tem-se como ponto principal “o processo de estabelecer e coordenar objetivos para todas as áreas da empresa, de forma tal que todos trabalhem sinergicamente em busca dos planos de lucros.”

Identifica-se de acordo com as citações feitas, a importância do orçamento para que uma entidade consiga controlar o planejamento e deste modo avaliar as variações ocorridas nas colunas projetadas e efetivamente realizadas. A seguir expõe-se o orçamento adaptado para as pessoas físicas.

2.4.1.1 Orçamento Mensal Pessoal

O planejamento financeiro poderá ser auxiliado com a elaboração do orçamento. Tommasi e Lima (2007, p. 23) fundamentam que “a elaboração de um orçamento facilita o seu planejamento, o que, por sua vez, permite que você alcance seus objetivos financeiros de forma mais eficiente.”

Quando adaptado ao meio pessoal, observa-se que o orçamento pode ser elaborado envolvendo três grupos: receitas, investimentos e despesas. (BM&FBOVESPA, 2012).

Tommasi e Lima (2007 p. 24) orientam que,

é pelas receitas que o processo de elaborar um orçamento deve começar. O motivo é simples: você deve enfrentar sua realidade financeira, que é dada por quanto você ganha, e, então de acordo com isso, adaptar seus padrões de gastos.

Com base no exposto, Ferreira (2007 p. 25) explica que a receita é “todo o dinheiro que recebemos no período, neste caso, no mês. [...] considerar o valor líquido.” O investimento de acordo com Hoji (2009, p. 25) “pode ser representado por um bem ou direito que possui um valor econômico que pode ser convertido em dinheiro.” Entende-se como despesa de acordo com Hoji (2009) os valores que não podem ser vendidos ou transformados em dinheiro, uma vez consumidos perdem-se para sempre. Entretanto, esses valores colaboram na geração de receitas e são essenciais para que a família sobreviva.

A respeito das finanças tanto empresariais quanto pessoais explica-se que “o equilíbrio financeiro depende diretamente da visão mais ou menos detalhada que você tem de suas receitas e despesas.” (DOMINGOS, 2007, p. 40).

Sabendo disso, se faz necessário o cálculo da renda e assim é possível identificar e cortar os gastos excedentes, para que estejam em conformidade com as metas traçadas no planejamento pessoal.

Para tal cálculo, Domingos (2007) orienta que cada despesa extra seja anotada durante o período de três meses, levando em consideração como foram gastos esses valores. Considera também que, no início, esse processo parecerá inviável, porém com persistência ele se tornará rotina, permitindo saber exatamente como o salário está sendo usado.

Domingos (2007, p. 52) afirma que,

para ter equilíbrio financeiro, você precisa viver um degrau abaixo do que o seu padrão de vida permitiria. O primeiro passo para concretizar tal objetivo é reter 10% dos rendimentos antes mesmo de pagar as contas ou gastar.

Com o exposto, nota-se que é possível adicionar ao orçamento essa retenção de dinheiro com intenção de poupar, a qual pode ser alocada em investimentos na planilha. Este item é colocado logo após ao grupo de receitas.

Neste contexto, Halfeld (2007, p. 106) alerta que, “as pessoas que poupam apenas o que “sobra no fim do mês” correm o risco de gastar demais. Pague primeiro a você, a seu conforto na velhice, antes de pagar tudo o mais.” Mas o autor adverte que esta situação é válida quando se tem uma vida financeira equilibrada, sem dívidas.

Com base nas citações feitas, observa-se a importância que o orçamento possui, pode-se com ele acompanhar para onde vai cada parte dos valores auferidos e checar como está o saldo em cada grupo no final do mês. Domingos (2007) aponta que uma das alternativas para auxiliar no controle mensal é elaborar uma planilha eletrônica, porém alerta que esta deve ser usada por quem tem afinidade com esta tecnologia.

No Quadro 1 observa-se um modelo de orçamento que segrega receitas, investimentos e despesas.

Quadro 1: Planilha eletrônica de orçamento

Mês (Inserir todos os meses do ano)		Jan.	...	Dez.
Receitas	Salário			
	Aluguel			
	Pensão			
	Horas extras			
	13º salário			
	Férias			
	Outros			
	Total			
Investimentos (Insira aqui o montante mensal que você destinará aos seus investimentos)	Ações			
	Tesouro Direto			
	Renda Fixa			
	Previdência privada			
	Outros			
	Total			
Despesas				
	Categoria	Despesa		
Fixas (Aqueles que têm o mesmo montante mensalmente)	Habitação	Aluguel		
		Condomínio		
		Seguro da Casa		
		Diarista/ Mensalista		
	Transporte	Prestação do Carro		
		Seguro do Carro		
		Estacionamento		
	Saúde	Seguro Saúde		
		Plano de Saúde		
	Educação	Colégio		
		Faculdade		
		Curso		
	Impostos	IPTU		
		IPVA		
Outros	Seguro de Vida			
	Total despesas fixas			
Variáveis (Aqueles que acontecem todos os meses, mas podemos tentar reduzir)	Habitação	Luz		
		Água		
		Telefone		
		Internet		
	Transporte	Ônibus		
		Combustível		
	Alimentação	Supermercado		
		Padaria		
	Saúde	Medicamentos		
	Cuidados Pessoais	Cabeleireiro		
		Manicure		
Academia				

Continua

Conclusão

	Total desp.variáveis				
Extras (São as despesas extraordinárias, para as quais precisamos estar preparados quando acontecerem)	Saúde	Médico			
		Dentista			
		Hospital			
	Manutenção/Prevenção	Carro			
		Casa			
	Educação	Material escolar			
		Uniforme			
Total desp. extras					
Adicionais (Aqueles que não precisam acontecer todos os meses)	Lazer	Viagens			
		Restaurantes/bares			
	Vestuário	Roupas			
		Calçados			
		Acessórios			
	Outros	Presentes			
Total desp. Adicionais					
Saldo		Receita			
		Investimentos			
		Despesas fixas			
		Despesas variáveis			
		Despesas extras			
		Despesas adicionais			

Fonte: Adaptado de BMF&Bovespa (2012)

Orienta-se que “para ter equilíbrio financeiro, é fundamental que você seja capaz de viver dentro do orçamento. [...] Quanto maior for sua capacidade de viver dentro do orçamento, maior será sua liberdade.” (DOMINGOS, 2007, p. 74). Esse equilíbrio poderá ser auxiliado com uma ferramenta chamada de Fluxo de Caixa.

2.4.2 Fluxo de Caixa

Com o orçamento definido, pode-se dar início ao estudo das demonstrações contábeis que o acompanham. No âmbito empresarial, Bodie e Merton (1999, p. 84) explicam que esse demonstrativo “mostra todo o dinheiro que fluiu para dentro e para fora da empresa em determinado período.” Desse modo, o autor destaca ainda que, o fluxo de caixa identifica se a empresa está aumentando suas reservas de dinheiro apresentado as entradas e saídas de recursos, possibilitando visualizar as suas reservas de dinheiro.

Observa-se que esta é uma ferramenta auxiliadora no planejamento financeiro equilibrando a quantidade de dinheiro frente aos compromissos. Pois, o mesmo “[...] propicia a elaboração de um melhor planejamento financeiro, de forma

que não ocorra excesso de Caixa, mas que se mantenha o montante necessário para fazer face aos compromissos imediatos.” (IUDÍCIBUS; MARION, 2007, p. 221).

Com a elaboração do fluxo de caixa, tem-se “maior facilidade de entendimento das informações que enfocam o caixa e à sua objetividade.” (IUDÍCIBUS; MARION, 2007, p. 220).

Ao elaborar-se um fluxo de caixa, observa-se a composição de três grupos contendo fluxos diferentes. O primeiro é composto por itens operacionais, ou seja, as atividades cotidianas da empresa suas vendas, compras, prestação de serviços. Já o segundo grupo é chamado de fluxos de investimentos onde são alocados os itens de compras e vendas tanto de ativos imobilizados quanto de participações societárias. E por fim têm-se os fluxos de financiamentos incluindo-se as transações de financiamento de dívidas e de capital próprio. (GITMAN, 2001).

2.4.2.1 Fluxo de Caixa Pessoal

Essa ferramenta, quando adaptada a pessoa física, fornece informações valiosas. Quando a linguagem é ajustada para utilizar essa ferramenta no planejamento pessoal, Ferreira (2006, p. 51) destaca que:

para nos auxiliar no controle de nosso dinheiro, nada melhor do que utilizar o fluxo de caixa, que consiste no detalhamento mensal das suas receitas e de suas despesas, ou seja, a entrada e saída de dinheiro.

Assim, essa ferramenta complementa o orçamento mensal, detalhando a entrada e a saída do dinheiro. Nessa demonstração, segundo Ferreira (2006), é possível confrontar os valores projetados aos realizados das receitas e despesas pessoais. “É a história de como a pessoa lida com o dinheiro e o que faz depois que tem o dinheiro em mãos.” (KIYOSAKI; LECHTER, 2000, p. 69).

Com o confronto entre as receitas e despesas apura-se o *superávit/déficit* mensal. “*Superávit* é o valor que sobra ao subtrairmos das receitas e despesas. [...] assim poderemos aproveitar e realizar algumas aplicações com este valor.” De acordo com o autor, o *déficit* ocorre quando “as despesas forem maiores que as receitas.” (FERREIRA, 2006, p. 25).

Com esses conceitos pode-se montar uma planilha onde estejam listadas as receitas e despesas mensais e apurar o quanto sobrou ou faltou a cada mês. Essa ferramenta pode ser observada por intermédio do Quadro 2.

Quadro 2: Modelo Fluxo de Caixa Pessoal

Fluxo de Caixa Mês XX			
	Projetado	Realizado	Variação
RECEITAS			
Salário Líquido	1500	1500	0%
Vale-Refeição	368	368	0%
Total das Receitas	1868	1868	0%
DESPESAS			
Condomínio	190	190	0%
Água, luz, gás	100	190	90%
Telefone	80	180	125%
Apartamento	300	300	0%
Alimentação	180	220	22%
Lazer	100	160	60%
Vestuário	40	40	0%
Taxas Bancárias	20	20	0%
Educação	35	35	0%
Ginástica	80	80	0%
Cabeleireiro	10	10	0%
Outros	40	40	0%
Total de Despesas	1175	1465	25%
SUPERÁVIT/DÉFICIT MENSAL	683	403	-42%

Fonte: Ferreira (2006, p. 52)

Observa-se que o instrumento acima relaciona primeiramente as receitas. Depois, adicionam-se ao demonstrativo, as despesas decorrentes daquele mês e por último tem-se o saldo apurado. Após alocar cada item, o indivíduo utilizará três colunas sendo a primeira composta por valores projetados, ocorridos os eventos, a segunda coluna é preenchida com base no que foi realizado e por último, na terceira, calcula-se a variação ocorrida em cada item.

No fluxo ilustrado acima, observa-se variação expressiva no valor projetado para a conta de telefone onde o indivíduo desembolsou R\$ 100,00 a mais para este fim. Em segundo lugar, está a variação de 60% do valor destinado ao lazer.

Com relação às mudanças acima, Hoji (2009) afirma que, apesar de algumas receitas e despesas serem previsíveis, por diversas razões, seus valores realizados podem ser distintos dos planejados. Porém o autor aconselha que tais variações sejam acompanhadas e criteriosamente analisadas para que existam esforços direcionados que proporcionem que o valor planejado de *superávit* seja alcançado.

Diante disso, Ferreira (2006) aconselha que o fluxo de caixa esteja diretamente relacionado ao sonho traçado no planejamento pessoal de modo a validar o seu alcance. Com esta ferramenta, torna-se possível identificar quais itens devem ser reduzidos ao longo dos meses por permitir maior controle do dinheiro.

No tópico a seguir descrevem-se características a cerca do Balanço Patrimonial.

2.4.3 Balanço Patrimonial

Esta ferramenta pode auxiliar a empresa a descobrir como está a posição de cada uma de suas contas. Iudícibus e Marion (2007, p. 185) descrevem o Balanço Patrimonial como “a mais importante demonstração contábil de “posição” das contas num determinado momento.”

Esta demonstração destina-se de acordo com Blatt (2000, p. 25) “a refletir, quantitativa e qualitativamente, em determinada data, o patrimônio da entidade.”

Embora o balanço represente uma situação estática, [...] apresenta **um poder informativo de natureza preditiva**, [...] que consiste em dar uma razoável dose de confiança em que, se os eventos retratados se repetirem, os resultados serão equivalentes, no futuro. (IUDÍCIBUS; MARION, 2007, p. 186- 187).

Ao analisar essa ferramenta, observa-se que é importante para que os seus usuários verifiquem como está a situação da empresa, pois ela confronta de acordo com Gitman (2001) todos os bens e direitos com suas fontes de financiamento.

Ao referir-se ao Balanço Patrimonial de uma empresa, observa-se que o mesmo “mostra seus ativos (o que é de sua propriedade) e seu passivo (o que deve) em um determinado momento. As diferenças entre ativo e passivo correspondem ao seu *patrimônio líquido*.” (BODIE; MERTON, 1999, p. 82).

Este demonstrativo utilizado no meio empresarial também poderá fazer parte do cotidiano pessoal, o tópico a seguir elenca essa possibilidade de adaptação.

2.4.3.1 Balanço Patrimonial Pessoal

Sabendo como essa ferramenta funciona na Contabilidade, é possível adaptá-la para então fazer uso pessoal dela. Ferreira (2006 p. 23) define esse demonstrativo como “fotografia da situação financeira de uma pessoa ou de uma empresa, em determinada data [...]”

De acordo com Frankenberg (1999, p. 73) tal fotografia poderá ser obtida “através de um minucioso levantamento de tudo o que você possui (imóveis, aplicações financeiras, carros, jóias etc.) e de tudo o que deve (com especial atenção para as prestações mensais).”

O demonstrativo está dividido em Ativo (Bens e Direitos), Passivo (Obrigações) e Patrimônio Líquido (Ativo - Passivo = Riqueza). Quanto mais itens existirem no primeiro grupo, melhor será a situação financeira da pessoa. Logo, a riqueza será incrementada, pois existirão menores obrigações a cumprir. (FERREIRA, 2006).

Kiosaki e Lechter (2000, p. 65) explicam que “um ativo é algo que põe dinheiro no meu bolso. Um passivo é algo que tira dinheiro do meu bolso.” E alertam ainda que “é o desconhecimento dessa diferença que provoca a maior parte das dificuldades financeiras.”

O Quadro 3, apresenta a estrutura de um Balanço Patrimonial Pessoal.

Quadro 3: Balanço Patrimonial Pessoal

Balanço Patrimonial Pessoal			
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Dinheiro no Bolso	100	Cartão de Crédito	700
Saldo em Conta Corrente	200	Financiamento do Automóvel	800
Saldo em poupança	1.800	Financiamento do Imóvel	600
Total do Ativo Circulante	2.100	Total do Passivo Circulante	2.100
Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
Empréstimo a Terceiros	600	Financiamento do Automóvel	4.000
FGTS	600	Financiamento do Imóvel	15.000
Automóvel	14.000	Total do Passivo Não Circulante	19.000
Imóvel Principal	50.000	Patrimônio Líquido	
Total do Ativo Não Circulante	65.200	Ativo - Passivo	46.200
		Total do Patrimônio Líquido	46.200
TOTAL ATIVO	67.300	TOTAL PASSIVO	67.300

Fonte: Adaptado de Ferreira (2006, p. 27)

Conforme Frankenberg (2006) é algo muito importante para cada pessoa fazer o levantamento de seus bens, direitos e obrigações, desse modo identificará em que situação está, e com o planejamento, identificará aonde quer chegar. Tornando-se mais fácil a tarefa de resistir à tentação dos gastos.

Tendo o modelo do quadro 3 como base, é possível identificar e montar um Balanço Pessoal. Deve-se primeiramente fazer o levantamento dos itens necessários e então procurar expressar o valor real de cada um.

Com relação a esse demonstrativo, Tommasi e Lima (2007, p. 132) alertam que,

como qualquer ferramenta de controle financeiro, só é útil na medida em que for construído com informações de qualidade, e se os resultados obtidos forem utilizados para efetivamente controlar e, quando preciso, alterar o seu planejamento financeiro.

Observa-se que, com informações de qualidade, é possível por meio do Balanço Patrimonial iniciar e manter o controle orçamentário, analisando os valores levantados e aplicando-os em fórmulas capazes de identificar diversos índices que servem de base para determinar a liquidez, o quanto está disponível para poupar e também o quanto existe de dinheiro para a cobertura de despesas mensais.

O Quadro 4 descreve os principais índices que podem ser utilizados para análise da situação financeira.

Quadro 4: Índices Financeiros

Índices Financeiros	Descrição
Índice de Liquidez: $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	É a capacidade de honrar suas dívidas de curto prazo. [...]. Evite sempre que o índice fique abaixo de 1.
Índice de Poupança: $\frac{\text{Disponível para Investir}}{\text{Receitas}}$	Percentual da receita que sobra para investir. Manter um índice de poupança elevado é fundamental para você atingir sua independência financeira.
Índice de Cobertura Despesas Mensais: $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Despesas}}$	Indica por quanto tempo a pessoa pode sobreviver com seu ativo de curto prazo. [...] recomenda-se que a reserva seja capaz de cobrir pelo menos seis meses.

Fonte: Ferreira (2006, p. 35-36)

Entende-se que esses índices serão calculados por meio dos valores levantados em Balanço, logo, deverão ser revisados periodicamente a fim de manter a realidade do orçamento pessoal. Essa revisão serve para uma possível mudança de planos, pois os índices podem auxiliar nas metas traçadas.

Diante disso, Frankenberg (1999, p.73) alerta que “é preciso sempre utilizar valores mais próximos da realidade, e não valores que você gostaria que fossem os verdadeiros.”

Orienta-se que “as pessoas devem estar atentas em aumentar seu ativo e controlar seu passivo visando incrementar sua riqueza.” (FERREIRA, 2006, p. 28). Esses índices contribuirão para que tal controle seja efetuado de modo a orientar o usuário nas suas escolhas.

2.4.4 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)

Essa demonstração pode ser elaborada após o Balanço, nela serão confrontadas as despesas e receitas. Para Braga (2006, p. 97) a elaboração da DRE tem por objetivo “descrever a formação do resultado gerado no exercício, mediante especificação das receitas, custos e despesas por natureza dos elementos componentes, até o resultado líquido final - lucro ou prejuízo.”

Observa-se segundo Blatt (2000), que essa demonstração é elaborada, utilizando-se apenas as receitas e despesas do exercício atual, sendo as anteriores englobadas ao patrimônio da empresa.

Verifica-se que no resultado do DRE que o mesmo,

pode ser positivo (receitas superando as despesas), negativo (despesas superando as receitas) ou nulo (igualdade entre receitas e despesas), sendo esta última configuração muito rara, mas admissível teoricamente. (IUDÍCIBUS; MARION, 2007, p.14).

Bodie e Merton (1999) complementam que esta ferramenta resume a rentabilidade da empresa em um determinado período.

2.4.4.1 Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) Pessoal

Observa-se que esta ferramenta complementa as demais, apresentadas anteriormente, de modo a detalhar o caminho do dinheiro ao longo de um determinado período. Neste contexto, Halfeld (2007, p. 135) destaca que,

a maioria das pessoas consegue se lembrar de suas maiores despesas, tais como aluguel, prestação do carro, seguro saúde etc. Entretanto, poucos conseguem perceber aqueles gastos pequenos, mas diários, que se acumulam até o final do mês.

Apresenta-se a seguir o Quadro 5, compondo um modelo de demonstrativo do resultado do mês, adaptado à pessoa física.

Quadro 5: Demonstração do Resultado do Mês

Resultado do Mês	
RECEITAS	
Salário Líquido	R\$ 3.600,00
DESPESAS	
Gastos com alimentação	R\$ 900,00
Gastos com academia de ginástica	R\$ 130,00
Prestação do apartamento	R\$ 400,00
Lazer	R\$ 500,00
Plano de Saúde	R\$ 130,00
Roupas e Acessórios	R\$ 250,00
Subtotal	R\$ 2.310,00
Lucro do mês	R\$ 1.290,00

Fonte: Adaptado Halfeld (2007)

Com base nesse quadro, identifica-se que a demonstração compreende as receitas e ganhos líquidos no período e em seguida são elencadas todas as despesas ocorridas ao longo do mês. Apurando-se ao final o resultado do exercício.

Para Martins (2004), este demonstrativo especifica o montante auferido e os valores gastos em determinado período. Possibilitando ao indivíduo a identificação de seu saldo. Tal demonstrativo não leva em conta a movimentação do caixa.

2.5 INVESTIMENTOS

Observa-se que após o conhecimento das ferramentas disponíveis pela contabilidade que orientam a execução do planejamento financeiro pessoal, faz-se necessário de acordo com Ferreira (2006, p. 43), que o indivíduo:

tenha em mente que não se deve poupar para ter mais dinheiro, mas para garantir o seu futuro. Se você ainda não acumulou o patrimônio que gostaria [...] investir é excelente para acelerar seu crescimento, por isso é que devemos estar atentos aos diversos artigos e reportagens sobre investimentos.

Investimento define-se, segundo Macedo Junior (2010, p. 71) pelos atos de “compra de ações para ser sócio das empresas, ou compra de títulos para ganhar os juros que estes prometem pagar.”

Poupando-se, é possível adotar algumas fontes de investimentos, Cerbasi e Barbosa (2009, p. 166) orientam que “não basta fazer sobrar dinheiro, você deve dignificar suas sobras, investindo-as com qualidade para que se multipliquem de forma eficiente e gerem mais resultados para viabilizar seus sonhos.”

Neste contexto, Halfeld (2007, p.21) elucida que “saber investir os recursos poupados é essencial, tanto para o indivíduo quanto para a economia do país.”

Para conquistar um sonho evitando o caminho da dívida, é necessário estruturar-se um bom planejamento de investimentos. Observa-se que esta atitude implica em pagamento mensal destinado a alguma aplicação financeira que proporcione o ganho de juros sobre juros gerindo a questão dos riscos. Desse modo, verifica-se que o dinheiro depositado também irá contribuir com o objetivo traçado, tornando a trajetória menos sofrida. (SILVESTRE, 2010).

Ressalta-se segundo Luquet (2000), que “a oferta de produtos aumentou muito, e é preciso avaliar cuidadosamente cada uma das opções observando seus riscos, custos e retornos.”

De acordo com Cerbasi e Barbosa (2009, p. 205), “nos investimentos, a lição número um é jamais colocar todos os ovos em uma cesta só.” Diante disso, expõem-se a seguir, ensinamentos sobre alguns dos produtos financeiros disponíveis, que são divididos em Renda Fixa, Variável e Mista.

2.5.1 Renda Fixa

Geralmente é composta por títulos nos quais a taxa de retorno é fixa e o seu rendimento é possível ser conhecido. (FORTUNA, 2005).

De acordo com Luquet (2000, p. 35) essa modalidade “é um tipo de investimento em títulos emitidos pelo governo ou por uma empresa, com direito ao recebimento de juros.”

Entende-se que “essa modalidade de aplicação é muito difundida em nosso país e contempla especialmente aplicadores e investidores com pouco capital ou que se consideram conservadores e não desejam correr muito risco.” (FRANKENBERG, 1999, p.135).

Na opinião de Halfeld (2007, p.124) “o maior risco e o menos perceptível deles é que o rendimento da renda fixa pode não ser o suficiente para fazer com que

você atinja seus objetivos de longo prazo.” Por conseguinte, este é o momento em que o investidor deve estar atento ao seu planejamento pessoal e, se necessário, modificar suas escolhas.

Por outro lado, deve-se ficar atento à inflação que gera perda de poder aquisitivo em caso de alta, o que acaba comprometendo a rentabilidade prevista. (MACEDO JUNIOR, 2010).

Verifica-se que esses títulos podem ser prefixados. De acordo com Macedo Junior (2010, p. 119) eles “permitem a você saber exatamente quanto irá pagar e quanto irá receber no futuro, ou seja, a taxa de juros é conhecida no momento da compra.” É possível definir a rentabilidade no momento da compra.

Observa-se que existem também os títulos pós-fixados que se caracterizam pelo fato em que “[...] você só conhece o retorno da aplicação na data do seu vencimento, porque sua rentabilidade está atrelada a uma taxa que tem variações periódicas.” (LUQUET, 2000 p. 54).

A rentabilidade deste último grupo, depende de uma taxa de inflação futura ou da taxa básica da economia (Selic- Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). (MACEDO JUNIOR, 2010).

Deve-se atentar que sobre esses investimentos incidem, de acordo com a Receita Federal (2012) a cobrança do Imposto de Renda sendo as suas alíquotas diretamente ligadas ao tempo de aplicação. Observando-se que estão isentos do imposto os rendimentos auferidos em conta de depósito de poupança.

O Quadro 6 relaciona, de acordo com a Receita Federal (2012), as alíquotas incidentes nas aplicações de renda fixa.

Quadro 6: Alíquotas em aplicações de Renda Fixa

IRRF- Aplicações em Renda Fixa	
Alíquotas	Prazo
22,50%	de até 180 dias
20,00%	de 181 até 360 dias
17,50%	de 361 até 720 dias
15,00%	acima de 720 dias

Fonte: Adaptado Receita Federal (2012)

Salienta-se que o presente trabalho tem como foco a apresentação, aos seus leitores, de conceitos e características desse grupo de investimentos, trazendo esclarecimentos sobre aplicações feitas em caderneta de poupança, CDBs e RDBs, Títulos de Capitalização e Tesouro Direto.

A seguir descrevem-se aspectos que envolvem cada um dos investimentos acima descritos.

2.5.1.1 Caderneta de Poupança

Observa-se que a caderneta de poupança, “é a modalidade mais popular e tradicional de investimento [...]” (OLIVEIRA; PACHECO, 2006, p. 98).

Para Frankenberg (1999) este investimento ainda mantém sua popularidade devido à facilidade em aplicar e resgatar o dinheiro no caso de imprevistos. De acordo com o autor, é recomendável destinar o primeiro dinheiro poupado nesta aplicação por encontrar-se segurança e liquidez.

Ao compreender-se a lógica desta aplicação, ressalta-se, segundo Macedo Junior (2010, p. 114) que a mesma,

paga juros na data de aniversário, definida em determinado dia do mês. Só irá render aquele dinheiro que ficou parado na conta entre dois aniversários, ou um mês completo [...] pode sacar o dinheiro da poupança antes do aniversário, mas não receberá os juros mensais referentes à aplicação do valor sacado.

Luquet (2000, p. 54) afirma que “a rentabilidade da poupança é determinada pelo governo. O dinheiro aplicado nas cadernetas serve para os financiamentos de imóveis.” De acordo com a autora esse baixo rendimento nas taxas da poupança justifica-se por viabilizar esses empréstimos, pois, caso estivessem altas, o juro cobrado nesses financiamentos encareceria.

A remuneração desse investimento sofreu alterações, que entraram em vigor em 4 de maio de 2012. Conforme a Medida Provisória nº 567/12, art. 2º,

o saldo dos depósitos de poupança efetuados até a data de entrada em vigor desta Medida Provisória será remunerado, em cada período de rendimento, pela Taxa Referencial- TR, relativa à data de seu aniversário, acrescida de juros de meio por cento ao mês.

Com base no exposto, observa-se que as instituições financeiras estão obrigadas a segregar os saldos depositados em poupança, após a data em que a MP n. 567 entrar em vigor.

A nova remuneração prevista de acordo com MP n. 567/12, art. 12 ficou estabelecida da seguinte forma:

a) cinco décimos por cento ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, for superior a oito inteiros e cinco décimos por cento; ou b) setenta por cento da meta da taxa Selic ao ano, definida pelo Banco Central do Brasil, mensalizada, vigente na data de início do período de rendimento, nos demais casos.

Silvestre (2010) defende a escolha desta aplicação quando os sonhos forem de curto prazo (até dois anos).

Tem-se o uso deste tipo de investimento como uma forma de socorro para as horas emergenciais da vida de cada cidadão, constituída também como reserva de dinheiro para a aposentadoria. (MACEDO JUNIOR, 2010).

Esta modalidade, possui o FGC (Fundo Garantidor de Crédito) que visa, de acordo com Oliveira e Pacheco, (2006, p. 257) “[...] garantir os recursos dos investidores em instituições que tenham sofrido intervenção, concordata, falência ou que tenha sido decretada insolvente pelo Banco Central.”

Conforme FGC (2012), o pagamento é realizado por CPF/CNPJ em cada banco, tendo limite de até R\$ 70 mil reais. Observa-se que

a adesão das instituições financeiras e as associações de poupança e empréstimo em funcionamento no País - não contemplando as cooperativas de crédito e as seções de crédito das cooperativas, é realizada de forma compulsória.

Adverte-se, segundo Luquet (2000), que, por possuir baixo rendimento, deve-se optar por essa alternativa quando as quantias não forem expressivas e corresponderem a uma reserva financeira.

“Os milhões de poupadores que depositam suas economias na caderneta de poupança, em geral, têm menos informação e disposição para buscar investimentos mais arrojados.” (MACEDO JUNIOR, 2010, p. 112).

Com base no exposto, observa-se que este investimento é indicado para pequenas quantias, envolvendo o planejamento de curto prazo. Aos investidores mais arrojados, são ofertados outros tipos de aplicações que proporcionam melhores retornos.

2.5.1.2 Certificados de Depósitos Bancários e Recibos de Depósitos Bancários

Pode-se destinar parte dos investimentos aos certificados de depósitos e recibos de depósitos bancários. São mecanismos utilizados pelos bancos para captação de recursos, denominados como depósitos a prazo. Envolve uma promessa de ressarcimento dos depósitos acrescendo-se em data pactuada entre as partes uma remuneração. (OLIVEIRA; PACHECO, 2006).

Para Gitman (2001, p. 509) CDBs são “instrumentos legalmente transferíveis (negociáveis) que representam o depósito de um certo número de unidades monetárias em um banco comercial.”

Em contrapartida, observa-se de acordo com Oliveira e Pacheco (2006) que no caso dos Recibos de Depósitos Bancários (RDBs), não existe a faculdade de transferência dos mesmos a outros investidores.

De acordo com Gitman (2001), estes certificados conceituam-se como um fundo estabelecido aos moldes do interesse do investidor contendo valores e vencimentos acordados entre as partes. Identifica-se que a condição contratada serve de base para determinar o retorno deste fundo.

Objetiva-se com esse investimento, o empréstimo de dinheiro ao banco, que por sua vez paga determinada taxa de juros a quem o contratou. Este recurso é utilizado pela instituição para conceder empréstimos aos seus clientes momento em que há uma maior cobrança de juros. (MACEDO JUNIOR, 2010).

Quando o assunto é a taxa desses investimentos, alerta-se de acordo com Luquet (2000, p. 58) que esta “é proporcional à percepção de risco que o mercado tem em relação ao banco que emite o papel.” A autora comenta ainda que quando esta taxa estiver muito alta tem-se o risco de a instituição estar com problemas financeiros. Devendo-se tomar cuidado com as negociações.

Identifica-se que a taxa desses títulos poderá ser, de acordo com Macedo Junior (2010), prefixada tendo a antecipação do valor da taxa a ser recebida no momento do vencimento do papel com prazos que variam entre 30, 60 ou 90 dias. Admite-se também que seja pós-fixada, quando a taxa é conhecida no final do período e possui como referência os juros praticados entre os bancos.

2.5.1.3 Títulos de Capitalização

Esta modalidade de investimento equipara-se a um jogo onde os participantes concorrem a determinados valores por pouparem. Neste sentido, Frankenberg (1999, p. 142) relata que estes títulos,

existem há muitos anos no mercado financeiro brasileiro. Esses papéis são uma mistura de aplicação financeira com jogo de azar. Os criadores desses títulos se aproveitam da preferência dos seres humanos (aí incluídos nossos patricios) por apostar na obtenção de uma grande fortuna através de sorteio.

De encontro a este contexto, alerta-se de acordo com Fortuna (2005 p. 300) que “sem a ajuda da sorte, o rendimento será inferior ao de um fundo ou de uma caderneta de poupança. Caracteriza-se, portanto, como uma forma de poupança a longo prazo, e o sorteio funciona como um estímulo.”

Quando o assunto é sorte, alerta-se que esta seja separada dos investimentos financeiros, pois nestes, deve-se procurar a máxima segurança e rentabilidade. No caso deste investimento, o custo de administração envolvido é alto podendo ser de 15% a 25%. Valores que não poderão ser esquecidos frente à possibilidade de auferir-se ganhos em caso de sorteio. (FRANKENBERG, 1999).

Observando-se o mecanismo deste investimento sabe-se que nele

a aplicação é feita de acordo com as cláusulas e regras aprovadas e mencionadas no próprio título, e que constituem as Condições Gerais do Título, e seu pagamento em moeda corrente dentro de um prazo máximo nele estabelecido. (FORTUNA, 2005, p. 300)

Fortuna (2005, p. 300) explica que,

os títulos de capitalização têm, também, liquidez limitada, havendo uma carência para a retirada das parcelas depositadas. Essa carência pode variar de um a dois anos. Parar de pagar, portanto, pode significar a perda de todo o valor já aplicado.

Ao longo das aplicações, Paschoarelli (2007) alerta que será recebido e corrigido monetariamente o montante que foi para a reserva matemática depositada, ou seja, valor que não foi destinado para cobrir as despesas do plano.

Neste contexto, Frankenberg (1999) orienta que este tipo de investimento não é recomendado àqueles que procuram o máximo de rendimentos em seus investimentos. Também não devem fazer esta opção aqueles que não pretendem manter o plano até o final, pois esta alternativa torna-se inviável levando-se em conta os altos valores cobrados pela interrupção do mesmo.

Observa-se que com a interrupção do plano “[...] a empresa seguradora que administra a capitalização aplicará desconto para quem fizer o resgate antecipadamente.” (PASCHOARELLI, 2006, p. 62).

Além disso, explica-se de acordo com Fortuna (2005, p. 302) que “alguns títulos prevêem prazo de carência, isto é, um período inicial em que o capital fica indisponível ao titular.” Em caso de resgate sem observar tal prazo, a instituição aplica de acordo com o autor, uma penalidade que poderá ser de até 10% do capital investido.

Portanto, de acordo com Paschoarelli (2007, p. 61) “na capitalização, a taxa de rendimento só incide em um pedacinho de tudo o que você depositou” o restante é destinado ao pagamento das despesas do plano e uma pequena parcela para os sorteios.

2.5.1.4 Tesouro Direto

Essa modalidade de investimento proporciona segurança e tranquilidade para seus investidores. Desenvolvido pelo Tesouro Nacional, este programa vende títulos a pessoas físicas tendo parceria com a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia. (TESOURO NACIONAL, 2012).

De acordo com Macedo Junior (2010, p. 115) “comprando esses ‘papéis’, o **governo** passa a ser **seu devedor** e se compromete a pagar o empréstimo mais os juros decorrentes dele na chamada data de vencimento ou resgate do título.”

Este investimento, de acordo com Silvestre (2010) caracteriza-se por unir três importantes promessas: segurança, liquidez e rentabilidade. Visto que o governo brasileiro honra com suas obrigações de devedor obedecendo desta maneira os prazos e remunerando muito bem seus investidores, este é um excelente investimento. Mas, orienta-se que essa modalidade seja utilizada para médio e longo prazo.

Verifica-se que antes de iniciar as aplicações, deve-se atentar para os valores cobrados pelos agentes de custódia (banco ou corretora que irá gerenciar o investimento), pois estes cobram taxas de custódia que podem ser elevadas deteriorando a rentabilidade das aplicações. (MACEDO JUNIOR, 2010).

Além da taxa de custódia, que pode variar de acordo com Silvestre (2010) de 0% até 4%, descontam-se também a taxa de negociação que é de 10% do valor

da compra dos títulos. A taxa de custódia cobrada pela BM&FBovespa correspondente a 0,30% do valor aplicado e por último subtrai-se a porcentagem cobrada do Imposto de Renda sobre o ganho bruto auferido na aplicação.

Orienta-se que o investidor deve atentar para esses valores que serão subtraídos de seus ganhos para que a escolha dos títulos alie-se ao tempo de aplicação, desse modo, evitando a alta tributação de IRRF. Com base nessa informação, Silvestre (2010) alerta que, em prazos acima de dois anos, a rentabilidade é maior se for comparada à poupança, tendo em vista que os descontos ficam altos quando se tem um menor prazo.

Identifica-se a existência de cinco principais produtos ofertados no Tesouro Direto, classificando-se dois deles como prefixados e os demais como pós-fixados. A seguir serão explicados cada um desses grupos e seus respectivos produtos.

a) Títulos Prefixados- Os produtos que compõem esta categoria são as Letras do Tesouro Nacional (LTN) e as Notas do Tesouro Nacional- série F (NTN-F). (MACEDO JUNIOR, 2010).

Entende-se o primeiro produto desta modalidade de investimento de acordo com Silvestre (2010, p. 143) como

um dos títulos da dívida pública [...] na realidade, um “registro eletrônico”- com rentabilidade totalmente prefixada, ou seja, quando você compra tal título, sabe exatamente quanto vai ganhar (em %) com essa aplicação.

As LTNs são “lançadas sempre tendo um R\$ 1 mil como face que é o valor que o tesouro vai pagar por este título em data futura. [...] são vendidas por um valor menor para poder pagar uma taxa de juros aos aplicadores.” (MACEDO JUNIOR, 2010, p. 120).

O Tesouro Nacional (2012) explica que este investimento possui fluxo simples: uma aplicação e um resgate. Aponta-se como desvantagem, o risco de o investidor perder o poder aquisitivo prefixado em caso de inflação.

Ao conceituar Notas do Tesouro Nacional NTN-F, autores expõem que se diferenciam das LTNs no quesito quanto aos recebimentos dos juros que de acordo com Silvestre (2010, p. 150) “os juros são pagos semestralmente, enquanto

o resgate do valor principal do título ocorre somente na data do vencimento do próprio.”

Este pagamento semestral eleva o custo do investimento nos primeiros pagamentos sabendo-se que a alíquota de Imposto de Renda aplicada é mais elevada nesses meses, por conseguinte, considera-se um problema para os investimentos que visam o curto prazo. (MACEDO JUNIOR, 2010).

b) Títulos Pós-fixados- Estes títulos, de acordo com Macedo Junior (2010, p. 122), são formados por “três categorias: as LFT (Letras Financeiras do Tesouro Nacional) e as NTN (Notas do Tesouro Nacional) das séries B e B Principal.” O autor destaca ainda que, “esses títulos são ideais para as pessoas que não querem correr riscos de flutuação na inflação ou na taxa de juros futura.”

A seguir expõem-se as características que envolvem cada um desses títulos.

No caso das Letras Financeiras do Tesouro, estas, são emitidas objetivando de acordo com Fortuna (2005, p. 72) “prover os recursos necessários à cobertura dos déficits orçamentários ou à realização de operações de crédito por antecipação de receitas para atendimento de determinações legais.”

Destaca-se que estas são “um título com rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia brasileira, nossa “famosa” taxa Selic.” (Silvestre, 2010, p. 153).

Então, “comprar uma LFT e ficar até o vencimento, significa aproveitar as altíssimas taxas de juros do Brasil. Dificilmente, um grande banco de primeira linha oferece fundo ou CDB conservador que renda mais que a Selic.” (PASCHOARELLI, 2007, p. 131).

Para Silvestre (2010), a LFT pode diferenciar-se das aplicações citadas por Paschoarelli, devido ao fato de atingir uma rentabilidade líquida de até 30% ou mais. O autor destaca, ainda, que oferece a mesma segurança e liquidez, sendo que o dinheiro se multiplica mais rápido do que em CDBs e ou em outros fundos de investimentos.

Os títulos classificados na segunda categoria, as NTN-B, de acordo com Macedo Junior (2010, p. 123) funcionam “como se você tivesse um imóvel e recebesse a renda de um aluguel a cada seis meses, por exemplo - e ainda tem a

vantagem de ser um patrimônio que não sofre depreciação, ao contrário dos imóveis.”

Observa-se que, quem investe nesta categoria,

terá um rendimento acima da inflação medida pelo IPCA, que é o índice oficial usado pelo governo. Supondo que queira guardar dinheiro para a sua aposentadoria, a NTN-B também é uma alternativa, porque assegura um ganho acima da inflação medida pelo IPCA. (PASCHOARELLI, 2007, p. 132).

Define-se, segundo Macedo Junior (2010, p. 123), o IPCA como “o índice de inflação oficial utilizado pelo governo brasileiro.”

As Notas do Tesouro Nacional Série B Principal, a última categoria, têm as mesmas características da NTN-B, diferenciando-se no pagamento de juros. Orienta-se este tipo de investimento, para aqueles que estão “acumulando para a aposentadoria, e para quem deseja construir um fundo para os estudos dos filhos, a melhor opção é adquirir as NTN-B Principal. Esses títulos acumulam o rendimento e pagam os juros somente na data do vencimento.” (MACEDO JUNIOR, 2010, p. 123-124).

2.5.2 Renda Variável

Orienta-se que “além de investir em renda fixa, você deve aplicar em renda variável para fazer com que o dinheiro trabalhe por você.” (MACEDO JUNIOR, 2010, p. 135).

Neste tipo de renda, identifica-se a flutuação na taxa de retorno do investimento, pois, de acordo com Fortuna (2005 p. 453), nesses investimentos a “taxa de retorno é variável e, portanto, depende de seu desempenho no mercado. Se as ações e/ou cotas que compõem o fundo tiverem um bom desempenho, o investidor lucra. Mas se o desempenho for ruim, ele perderá dinheiro.”

Observa-se, de acordo com Oliveira e Pacheco (2006), que nas aplicações feitas em renda variável não é possível o conhecimento da remuneração e o vencimento previamente.

Portanto, recomenda-se este tipo de investimento para objetivos que contemplem longo prazo - tempo superior a cinco anos. Os resultados, apesar de voláteis tendem a oferecer maior retorno obedecendo-se o prazo descrito. (HALFELD, 2007).

De acordo com Frankenberg (1999, p. 142) “entre os principais produtos de renda variável, encontram-se as ações, das empresas de capital aberto [...]” a seguir descrevem-se as características deste produto.

2.5.2.1 Ações

Quando se pretende investir em ações, de acordo com Macedo Junior (2010, p. 142) “a primeira coisa a fazer é saber que uma ação é o pedacinho de uma empresa. Ao comprar uma ação, você se torna sócio da empresa em questão. [...]. Uma ação não é um papel.”

Neste contexto, Oliveira e Pacheco (2006, p. 132) explicam que ao adquirir ações, o acionista torna-se “dono de parte do capital da empresa proporcional à quantidade detida de ações, o que significa que é solidário com o futuro da empresa, recebendo remuneração por seu investimento apenas no caso de a empresa apresentar lucro.”

Portanto, “ao comprar ações de uma empresa, você está envolvido com o risco de seus negócios. [...] se a empresa da qual você é sócio crescer, seu patrimônio crescerá.” (BM&FBOVESPA, 2012).

Na visão de Gitman (2001, p. 87) as ações,

oferecem uma vantagem nos impostos: tendo em vista que elas tipicamente geram maiores ganhos de capital que os títulos, as ações se beneficiam mais do fato de que os ganhos não são taxados até que o título seja vendido.

Observa-se de acordo com Macedo Junior (2010) que as ações poderão ser classificadas como Ordinárias ou Preferenciais. Desse modo conclui-se conforme Luquet (2000), que o capital da empresa é formado pela soma desses dois tipos de ações. A seguir expõem-se as características de cada categoria.

a) Ações Ordinárias Nominativas (ON): as ações desta categoria destacam-se por concederem “àqueles que as possuem o poder de voto nas assembleias deliberativas da companhia.” (MACEDO JUNIOR, 2010 p. 143).

Os detentores dessas ações de acordo com BM&FBovespa (2012) “além de receber dividendos, podem participar das decisões de conduta da empresa nas assembléias.”

Destaca-se que “[...] cada ação equivale a um voto. Nessas assembléias, são aprovados o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício. Também é definido em assembléia o destino dos resultados da companhia [...]” (OLIVEIRA; PACHECO, 2006).

b) Ações Preferenciais Nominativas (PN): no entendimento de Frankenberg (1999, p. 145), essas ações “garantem ao acionista prioridade no recebimento de dividendos, geralmente em percentual mais elevado do que o atribuído às ações ordinárias, e o reembolso do capital, em caso de dissolução da sociedade.”

Entende-se por dividendo “valor distribuído aos acionistas em dinheiro. Geralmente é um percentual dos lucros da empresa.” (HALFELD, 2007, p. 50). No caso desse tipo de ação, os acionistas possuem de acordo com BM&FBovespa, (2012), a preferência nesse recebimento, ou seja, são os primeiros a serem remunerados.

Aponta-se conforme Oliveira e Pacheco (2006, p.133) que

a desvantagem com relação às ordinárias é que as preferenciais não garantem a seu possuidor o direito a voto nas assembléias dos acionistas. Entretanto, caso não haja distribuição de resultados por três exercícios consecutivos, as preferenciais adquirem o direito a voto nessas assembléias.

Após observarem-se as características de cada uma das categorias de ações, é possível admitir-se que “no longo prazo, por exemplo, ações são, na maioria das vezes, as melhores aplicações.” (LUQUET, 2000).

Destaca-se que as compras de ações devem levar em conta de acordo com Gitman (2001, p. 421), “avaliar os fundamentos da companhia, incluindo índices-chave, seus múltiplos preços/lucro, perspectiva de lucros e fatores do setor.”

Para Macedo Junior (2010) deve-se investir em ações por dois motivos: o primeiro é definido pelo foco em vendê-las por um preço superior ao praticado no ato da compra; o segundo motivo concentra-se no recebimento dos dividendos em decorrência da participação que o acionista tem na distribuição dos lucros da empresa em que investe.

2.5.3 Renda Mista

Uma alternativa que busca a diversificação das aplicações em renda fixa e variável é a aplicação em fundos de investimentos. Nesta modalidade de aplicação, encontra-se de acordo com Mecedo Junior (2010, p. 88) “uma forma de minimizar as incertezas [...] optar por não estar sozinho no mercado financeiro. E você pode fazer isso ingressando em um investimento coletivo.”

Observa-se que as aplicações em fundos de investimento servem como uma ferramenta muito eficiente para que os investidores apliquem os recursos poupados. Destaca-se, ainda, a oferta diversificada de fundos para que atenda as necessidades individuais de cada aplicador. Isto é importante para a economia do país que utiliza esses investimentos como fonte de financiamentos para o governo. (OLIVEIRA; PACHECO, 2006).

Identifica-se de acordo com Fortuna (2005, p. 451) que,

o segredo dos Fundos de Investimento é a idéia de condomínio – a aplicação em conjunto –, ou seja, embora os aplicadores tenham o direito de resgatar suas cotas a qualquer momento, nem todos o fazem ao mesmo tempo, isto é, sempre fica uma grande soma disponível, que pode ser aplicada em títulos mais rentáveis.

Os fundos “são condomínios que reúnem recursos de um conjunto de investidores, com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da compra de uma carteira de títulos ou valores mobiliários.” (MACEDO JUNIOR, 2010, p. 89).

Identifica-se, conforme Oliveira e Pacheco (2006, p. 180) que “o investidor troca seus recursos por cotas de um fundo de investimento, e os recursos captados pelos fundos são investidos em títulos diversificados no mercado financeiro.”

Outra forma de investir em renda mista são os clubes de investimento que de acordo com Frankenberg (1999, p. 149),

[...] são agrupamentos de pessoas geralmente se conhecem ou têm algum interesse em comum. Elas se reúnem periodicamente, analisando e trocando palpites sobre empresas do país que possam oferecer boas perspectivas de dividendos e valorização, e dessa forma definem aqueles em que irão aplicar.

Diferem-se dos fundos de investimento, segundo Macedo Junior (2010, p. 103), por serem “uma aplicação financeira criada por um grupo de pessoas que desejam investir seu dinheiro em ações.” O autor destaca ainda que “para quem quer começar no mercado de ações, os clubes de investimentos costumam ser um bom caminho.”

2.5.4 Planos de Previdência Privada

Como investir significa pensar em um futuro seguro, uma alternativa de investimento concentra-se em traçar uma meta de acúmulo de renda para constituir-se em um plano para a aposentadoria. (MACEDO JUNIOR, 2010).

Orienta-se que “para se considerar aposentado e se beneficiar dos direitos exclusivos dessa categoria, um indivíduo precisa ter o tempo mínimo de contribuição à Previdência Social e ainda atingir a idade mínima.” (CERBASI, 2004, p. 143).

Neste contexto, “já foi o tempo em que você podia contar com a previdência pública para custear sua aposentadoria. [...] creio que a previdência privada será uma questão cada vez mais presente em nossas vidas.” (HALFELD, 2007, p. 109).

Porém, em finanças pessoais, Cerbasi (2004 p. 143) enfatiza que “nem a independência financeira nem a aposentadoria estão relacionadas à idade.” Complementa ainda que “aposentar-se, em finanças pessoais, significa, portanto, atingir uma segurança financeira que lhes permita viver a vida como vocês gostariam. Talvez até trabalhando muito.” (CERBASI, 2004, p. 145).

A decisão de aderir a um fundo de previdência deve ser tomada com muita atenção, pois, de acordo com Macedo Junior (2010, p. 96) “é uma decisão importante, com implicações de longo prazo e que pode afetar toda a sua vida.” De acordo com o autor, deve-se investir também em outros fundos, visto que tal atitude não é vedada.

Entende-se segundo Halfeld (2007, p. 110), que este investimento “cria uma disciplina que deve ser recompensada.” Porém, o autor alerta para a observação das taxas inclusas e orienta a diversificação do plano baseando-se na escolha de mais de um administrador.

Identifica-se a existência de dois tipos de fundos, Macedo Junior (2010) explica que podem ser abertos, modalidade ofertada por seguradoras e em algumas instituições a disposição de qualquer pessoa que tenha interesse em adquiri-los, ou fechados quando empresas oferecem planos aos seus trabalhadores.

2.5.4.1 Fundo de Previdência Privada Aberto

Essa modalidade compreende “dois tipos principais de fundos de previdência, o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).” (MACEDO JUNIOR, 2010, p. 97).

O Plano Gerador de Benefício Livre conceitua-se, de acordo com Oliveira e Pacheco (2006, p.285), como “plano de contribuição definida em que não há garantia mínima de rentabilidade; no entanto, todo o rendimento líquido do fundo é repassado ao cotista.”

De acordo com Macedo Junior (2010), tal plano objetiva formar um fundo que vise a garantia da aposentadoria complementar.

Para Ferreira (2006) o PGBL caracteriza-se por deixar o contribuinte sacar os recursos depositados quando desejar, as contribuições são fixas ou variáveis e, neste plano, há incidência de taxa de administração.

Porém, observa-se, de acordo com Macedo Junior (2010, p. 97) que “o resgate pode ser feito a cada 60 dias. Você também pode sacar de uma só vez ou transformar o montante em renda mensal.”

Neste contexto, Andrezo e Lima (2007) relatam que o participante é quem escolhe o tempo de contribuição.

Alerta-se, conforme Paschorarelli (2007), que no PGBL as contribuições anuais, obedecendo-se um limite, recebem um desconto de Imposto de Renda e, nos atos em que se resgatam valores a título de benefícios, a tributação na fonte é efetuada de forma integral.

O Imposto de Renda garante dedução das contribuições feitas ao plano, observando-se o limite de 12%. Deste modo, afirma-se que este tipo de aplicação é indicado a quem faz a declaração de Imposto de Renda no formulário completo, para, assim, poder aproveitar tal benefício fiscal. (PASCHOARELLI, 2007).

O segundo plano, Vida Gerador de Benefício Livre, define-se, conforme Oliveira e Pacheco (2006, p. 285), como “seguro de vida que funciona como plano de previdência. Também não garante rentabilidade mínima, e todo o rendimento líquido do fundo é repassado ao cotista.”

Observa-se que o VGBL se difere, em relação ao PGBL de acordo com Halfeld (2007, p.109), porque “na hora do saque, não há incidência de imposto sobre o capital, somente sobre os rendimentos.” Além de ser indicado segundo o autor

para pessoas que fazem a declaração de Imposto de Renda no modo Simplificado devido o abatimento que ocorre no PGBL, não ser possível neste fundo.

No que diz respeito ao seu resgate, Macedo Junior (2010, p. 97) afirma que “o primeiro resgate pode ocorrer entre dois meses e em até dois anos. Depois, a retirada pode ser feita a cada 60 dias.”

A respeito dos fundos explica-se que “em comum, os dois permitem o acúmulo de recursos por longo prazo determinado. Durante esse período, suas aplicações são alocadas pela seguradora em cotas de fundo de investimento.” (MACEDO JUNIOR, 2010, p.97).

Sobre os planos incidem, além do Imposto de Renda, de acordo com Halfeld (2007, p. 108-109), dois tipos de taxas: sendo que “uma é cobrada sobre cada contribuição que você faz (taxa de carregamento). Outra é cobrada sobre o saldo do investimento (taxa de administração).” Diante delas orienta-se segundo o autor uma pesquisa buscando-se os menores percentuais possíveis.

Esses planos, de acordo com Macedo Junior (2010, p. 98),

funcionam da seguinte maneira: mês a mês você aplica parte de seu salário para ser administrado por um gestor do fundo. O gestor vai investindo esse dinheiro e criando um pecúlio, que é a sua poupança. No dia da aposentadoria, você procura o gestor do fundo. Só então será calculado o valor da renda que você poderá retirar mensalmente para poder viver.

Neste contexto, Paschoarelli (2007) faz críticas aos investidores que se preocupam apenas com o valor pago mensalmente, com a renda que será recebida e por quanto tempo terão que contribuir. Esquecendo-se de perguntar sobre as taxas e tributação envolvidas na negociação.

De acordo com Macedo Junior (2010, p. 100) torna-se interessante a aplicação em um plano de previdência em três casos:

1º Se você tem algum benefício fiscal ao investir (para aqueles que declaram no formulário completo do Imposto de Renda). 2º Se a empresa em que você trabalha ajuda com uma parte dos depósitos. 3º Se você é desorganizado e acredita que não se disciplinará para investir sozinho.

O autor citado destaca ainda a importância da reflexão em torno de todos os itens que envolvem o plano, a fim de que não seja uma escolha feita por impulso, pois os resultados dessa escolha refletirão no futuro.

2.5.4.2 Fundo de Previdência Privada Fechado

Com base no exposto anteriormente, identifica-se a possibilidade da existência de um plano de previdência fechada. Situação em que,

uma empresa patrocina um plano de previdência para seus funcionários, dividindo com eles as contribuições mensais. Em geral, é uma oportunidade para o associado, que pode usufruir de uma remuneração extra, paga pelo seu empregador. (HALFELD, 2007, p. 108).

Neste contexto, a empresa objetiva, segundo Frankenberg (1999, p. 267), proporcionar “[...] ao seu funcionário participante do plano a oportunidade de ter proventos maiores do que teria caso recebesse somente o benefício do INSS.” O autor destaca ainda que tal plano possibilita o recebimento de um benefício a mais ao se aposentar, chegando próximo ao valor recebido pelo trabalhador quando este encontrava-se ativo no mercado.

A empresa pode optar de acordo com Frankenberg (1999, p. 267-268), por oferecer as seguintes complementações de “auxílio doença, de pensão, pecúlio, e aposentadorias: por invalidez, por velhice, especial e por tempo de serviço.” O autor destaca ainda que os planos podem variar quanto à sua contribuição sendo possível que somente a empresa realize aportes de dinheiro ou, então, estipule que uma parcela de contribuição seja feita por seus funcionários.

2.5.5 Compra ou Locação de Bem Imóvel

Outra modalidade adotada por alguns cidadãos é a compra de imóvel. Frankenberg (1999, p. 332) afirma que “invariavelmente, as enquetes do mundo inteiro confirmam que a conquista da casa própria é um dos grandes objetivos da maioria das pessoas.” Esse tipo de investimento compreende dois enfoques, sendo o primeiro tratado por aqueles que possuem dúvida quanto à compra ou aluguel da casa própria.

Neste contexto, Macedo Junior (2010, p. 45) defende que “[...] uma casa própria gera renda, que é equivalente ao aluguel que você deixa de pagar por ela.” Porém o autor destaca que se deve avaliar a real necessidade da família, para estipular o tamanho ideal do imóvel que se almeja comprar. Desse modo, evita-se o pagamento elevado de mensalidades, no caso de aluguel, e de juros, no caso de financiamentos, somente para ostentar um patrimônio que não é necessário.

Porém Halfeld (2007) alerta que algumas situações devem ser analisadas, como por exemplo, o tempo de residência no imóvel. O fato de ser solteiro e ainda não saber o perfil da futura família, deve-se pensar na hipótese de aluguel optando por um imóvel compacto e sem luxos. Novamente observa-se a importância de, tanto em aluguel como em compra de imóveis, optar-se por aquilo que realmente atenda o necessário para o comprador.

Alerta-se, de acordo com Frankenberg (1999, p. 332) que “alugar é melhor do que comprar antecipadamente qualquer moradia. [...]. A vontade de possuir o teto próprio é muito forte e pode cegar as pessoas em sua ânsia de conquistá-lo”, pois se trata, de acordo com o autor, do desejo de abrigar a família em uma moradia própria.

Às pessoas que buscam esse enfoque orienta-se, de acordo com as citações feitas, a avaliação de todos os pontos envolvidos no negócio para que a decisão tomada seja coerente.

Outro enfoque direciona-se para cidadãos que comprem imóveis com intuito de venda futura ou então para destiná-los ao aluguel.

Neste grupo, Halfeld (2007, p. 41) aconselha que o investimento “requer uma carteira composta de imóveis bem localizados focando-se no aluguel rentável.”

De acordo com Frankenberg (1999, p. 336) “jamais se deve investir todo o capital num só imóvel, nem empenhar todos os ganhos futuros nele.” Diante disso, o autor alerta que em caso de situações adversas, como por exemplo ter de deixar a cidade em que mora, deve-se possuir outras economias, pois ao precisar vender tal imóvel, talvez o preço não seja justo e a alternativa de aluguel também implica riscos para com os inquilinos. Mas tendo esses outros rendimentos será possível superar tais perdas.

2.6 EMPRÉSTIMOS

Recomenda-se que as pessoas analisem o prazo de duração e as taxas fixadas em cada alternativa de empréstimo. “Tome muito cuidado com dívidas de longo prazo. Taxas de 1% ao ano já alteram substancialmente o valor final da dívida.” (HALFELD, 2007, p. 122).

A conta a ser efetuada não poderá ter como base apenas o fato de determinada parcela mensal caber no bolso, orienta-se que todos os gastos

embutidos nas negociações sejam calculados. Desse modo identifica-se o real desembolso a ser efetuado. (PACHOARELLI, 2007).

Existem situações em que a captação de crédito é interessante. Neste contexto, Halfeld (2007) aponta para a compra de mercadorias observando a elevação considerável de seu preço ao longo dos próximos dias; quando o investimento será aplicado em um negócio com rentabilidade superior aos juros pagos; quando da comparação junto a outra dívida cuja taxa de juros for mais elevada.

Conforme Frankenberg (1999), é extremamente importante que o cliente analise individualmente as diversas formas de empréstimos, destacando-se a importância do controle total da dívida e juros incorridos em cada operação e cobrados pelo banco mensalmente.

A seguir serão expostos conceitos de alguns tipos de empréstimos disponíveis para as pessoas físicas como: empréstimos pessoais e consignados em folha, crédito direto ao consumidor, cartões de crédito e débito, financiamento da casa própria e *leasing*.

2.6.1 Empréstimo Pessoal e Consignado em Folha

Essas modalidades poderão servir como alternativas de captação de dinheiro. Podendo assumir o nome de empréstimo pessoal e empréstimo consignado em folha.

Conceitua-se como empréstimo pessoal aquele crédito que é pré-aprovado e disponível em até dois dias, ou em alguns casos, no momento de sua contratação. A sua taxa é pré-fixada e varia de acordo com a política de cada banco ou financeira, sendo que nesta última os juros são mais elevados. (TOMMASI; LIMA, 2007).

Esse empréstimo caracteriza-se, segundo Hoji (2009), em um montante de dinheiro que é liquidado em prestações e há a necessidade de formalização a cada captação.

De acordo com Paschoarelli (2007), a alternativa para baixar o custo em empréstimos é trocar a modalidade pessoal pela consignada em folha. O autor define a última como aquela em que a folha de pagamento recebe o desconto direto da parcela fixada pelo banco.

Para Tommasi e Lima (2007, p. 84)

a consignação pode acontecer sobre o salário ou sobre o benefício de aposentadoria do INSS. Em ambos os casos, o valor da prestação é descontado diretamente do valor depositado de salário ou de aposentadoria.

Os empréstimos consignados em folha oferecem aos bancos baixo risco de inadimplência, pois o pagamento é feito diretamente pela empresa. Não há limite máximo para estipular o valor e prazo do empréstimo. Porém, orienta-se que o comprometimento com prestação não ultrapasse 30% do salário líquido. (FORTUNA, 2005).

É importante de acordo com Tommasi e Lima (2007) que exista uma análise cuidadosa por parte de quem resolve tomar dinheiro emprestado. De modo a contratar somente o valor que necessita para realização de seu objetivo. Dessa maneira, evitará o pagamento de juros desnecessários e também o descontrole do orçamento.

Outra opção de captação de dinheiro é a adoção do Crédito Direto ao Consumidor descrito a seguir.

2.6.2 CDC- Crédito Direto ao Consumidor

Esta modalidade de acordo com Santos (2000, p. 26) “trata-se de uma linha de crédito destinada a financiar a prestação de serviços e aquisição de bens duráveis com amortizações mensais fixas, já com encargos envolvidos.”

É uma alternativa para aqueles que buscam adquirir bens e serviços. O CDC configura-se como um financiamento que é concedido por uma financeira e, o bem adquirido desta forma, geralmente fica como garantia da operação. A propriedade financiada, somente é transferida ao seu comprador ao final da liquidação da dívida. (FORTUNA, 2005).

A respeito dos juros embutidos nesse empréstimo, Tommasi e Lima (2007) explicam que a taxa envolvida nessas negociações torna-se mais baixa em decorrência de as financiadoras terem o próprio bem como garantia e, em caso de inadimplência o mesmo pode ser tomado pela instituição que o concedeu.

No que diz respeito ao prazo, Brito (2005) explica que pode ser em torno de três a trinta e seis meses, o prazo mais comum é de vinte e quatro meses.

Diante das citações feitas, observa-se que este tipo de empréstimo é mais indicado para a aquisição de bens e serviços. Como o bem fica em garantia, torna-se uma operação com juros mais atrativos aos clientes, e para as financiadoras uma forma mais segura de negociação.

2.6.3 Cheque Especial

Caracteriza-se de acordo com Brito (2005) como um empréstimo de curto prazo. As instituições financeiras, após realizarem um processo de aprovação de valores, disponibilizam um valor de crédito na conta corrente de seus clientes que intitulado de cheque especial. Sendo utilizado quando o saldo da conta termina e cada valor que entra na conta do cliente, cobre primeiramente o limite de sua conta.

Destaca-se, conforme Santos (2000) que o valor destinado a cada cliente é aprovado de acordo com a sua renda mensal, fixando-se taxas compatíveis ao risco de cada indivíduo. Tal avaliação baseia-se nas informações patrimoniais, financeiras e de idoneidade no mercado do usuário do cheque especial.

Identifica-se de acordo com Frankenberg (1999, p. 161) que,

quando o banco conhece bem seu cliente e este tem uma quantia razoável de saldo médio na conta, oferece uma garantia (limitada) de que a compensação dos cheques emitidos será honrada, independente de haver fundos ou não na conta corrente.

Portanto, “o cheque é *especial* quando concede ao seu titular um limite de crédito para saque, utilizável quando não apresentar fundos na sua conta.” (ASSAF NETO, 2006, p. 74).

De acordo com Santos (2000, p. 25) “o banco cobra uma taxa de juros mais alta em relação a um empréstimo comum [...] os juros mais elevados representam o preço da comodidade e da facilidade de uso ao cliente.”

Para manter o padrão de vida maior do que suas possibilidades, as pessoas acabam se utilizando deste recurso. Desta forma, percebe-se que se os clientes conhecessem os juros elevadíssimos envolvidos nesta modalidade, talvez fossem mais conscientes quanto às suas compras e gastos. Alerta-se ainda que as pessoas que são coniventes às taxas altíssimas de juros, geralmente, não dão o devido valor ao dinheiro. (PASCHOARELLI, 2007).

Neste contexto, observa-se de acordo com os autores citados acima, que tal empréstimo deve ser utilizado com prudência levando-se em conta seu custo

elevado. A seguir expõem-se características que envolvem os cartões de débito e crédito.

2.6.4 Cartão de Crédito e de Débito

Os cartões podem ser, de acordo com Fortuna (2005), de crédito e de débito e configuram-se como uma modalidade diversificada de compra.

Em relação aos cartões de crédito, estes, objetivam “facilitar o pagamento de bens e serviços, por meio de uso de cartão com limite de crédito pré-aprovado.” (BRITO, 2005, p. 120).

Estes cartões possibilitam, de acordo com Santos (2000), que o cliente faça compras em lugares habilitados, beneficiando-se pelo fato de o desembolso ocorrer no futuro. Mensalmente tais gastos são convertidos em fatura e há a cobrança, sendo permitida a escolha do dia em que ocorrem tais débitos.

Neste contexto, Andrezo e Lima (2007) entendem o cartão de crédito como um documento que possibilita que seu usuário efetue compras e também saques em equipamentos eletrônicos, alertando-se que neste último caso, existe a incidência de encargos financeiros.

De acordo com Fortuna (2005, p. 214),

quando os valores são pagos no vencimento seguinte, a compra representa a vantagem de ganhos reais sobre a inflação, além do enquadramento de suas necessidades de consumo às suas disponibilidades momentâneas de caixa.

Porém, Silvestre (2010) alerta que o cliente muitas vezes, por ser despreparado para operar esses cartões, não aproveita seus benefícios, contraindo dívidas por tomar atitudes errôneas diante do pagamento da fatura. O autor destaca ainda que algumas pessoas efetuam pagamento de apenas o valor mínimo estipulado pela operadora de tal serviço a cada mês, sem dar-se conta que o restante do valor é passado para o próximo mês, incorrendo em juros altíssimos.

Além desse fato, Fortuna (2005) também destaca como desvantagem dos cartões o fator de influenciar na troca de pensamento daqueles que no momento desejam poupar, tentando-os ao consumo imediato.

Neste contexto Paschoarelli (2007) acredita que o cartão de crédito é uma ótima alternativa para quem sabe usá-lo tornando-se útil e prático. Orienta-se, de

acordo com o autor, que aquelas pessoas que não controlam seus gastos devem inutilizá-lo, livrando-se desta perigosa armadilha.

Percebe-se, diante das exposições que o cartão de crédito configura-se em ótimo objeto quando existe um consumo consciente. Cabe ao seu usuário direcionar a devida atenção aos juros e taxas envolvidos em cada transação para então tomar sua decisão.

Já o cartão de débito, de acordo com Assaf Neto (2006, p. 75) “é utilizado para saques em espécie a débito de conta corrente (ou conta poupança) e também para pagamentos de transações diversas realizadas.” Entretanto, segundo o autor, tais situações ocorrem somente se há saldo em conta ou limite de crédito disponível

Estes cartões possuem a facilidade, conforme Fortuna (2005), de o cliente poder fazer compras sem ter que ir a agências bancárias, pois poderá utilizar seu cartão normalmente em lojas de departamentos, ou em demais lugares credenciados para tais transações.

Diante disso, identifica-se, segundo Andrezo e Lima (2007), que este cartão está diretamente ligado a existência de uma conta bancária. Esta permite a transferência de saldos para os estabelecimentos credenciados. As transações ocorridas ficam expostas no extrato bancário e o cliente recebe apenas comprovante a cada débito efetuado. Não há, portanto, uma fatura específica para os débitos ocorridos no cartão.

2.6.5 Financiamento da Casa Própria

Uma alternativa para aqueles que querem adquirir um imóvel, porém, não estão providos da quantia total é a adoção de um financiamento. Este se conceitua, de acordo com Santos (2000), como um valor destinado para aquisição de bens imóveis, que é pago mensalmente em longos períodos que geralmente englobam mais do que cinco anos.

Não se pode deixar, segundo Frankenberg (1999), que o desejo de possuir logo a casa própria se transforme em pesadelo por esquecer-se de observar alguns aspectos. O autor relata que este tipo de financiamento compromete parcela significativa do orçamento o que implica, em alguns casos, no corte de gastos presentes para a concretização do sonho futuro. Destaca-se, ainda que o imóvel não

possa ser desprezado como um objeto qualquer, visto que se trata de um alto valor envolvido.

Para tal realização, Santos (2000, p. 27) destaca que “[...] há a necessidade de avalistas coobrigados e com potencialidades econômicas para assumir a dívida do cliente – em caso de incapacidade de pagamento.” O autor comenta ainda que, além do avalista, o bem financiado também serve de garantia da operação.

A vantagem desse tipo de empréstimo, em que o bem financiado serve como garantia, está na taxa de juros, pois quando comparado aos empréstimos de curto prazo como, por exemplo, créditos pessoais e cartões de crédito, o financiamento de imóveis envolve uma taxa mais baixa. (TOMMASI; LIMA, 2007).

A Caixa Econômica Federal é considerada por Fortuna (2005) como “o grande financiador remanescente do segmento imobiliário para as pessoas físicas.” Ela utiliza-se de acordo com o autor de “recursos específicos, tais como: o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS; – O Orçamento Geral da União – OGU; o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT [...]”. Observa-se, segundo o autor, a possibilidade que tal instituição tem de captar recursos provenientes das cadernetas de poupança e das letras Hipotecárias.

Alerta-se de acordo com Tommasi e Lima (2007) que o orçamento deve ser analisado constantemente, observando-se o valor comprometido com dívidas para que este não seja excessivo.

Diante do exposto, observa-se que a decisão da contratação de um financiamento deve levar em conta todos os aspectos envolvidos. Não se pode deixar o impulso apagar os principais itens envolvidos como o prazo do financiamento e a taxa de juros. Identifica-se novamente a importância do bom planejamento, permitindo o bom senso na hora de definir as parcelas mensais.

Outro tipo de empréstimo envolvendo bens é o *leasing*, descrito a seguir.

2.6.6 Leasing

Configura-se como “uma forma de ter sem comprar e parte do princípio de que o lucro vem da utilização do bem e não de sua propriedade.” (FORTUNA, 2005, p. 281).

Esta modalidade, de acordo com Santos (2000, p. 30) “trata-se de uma operação de arrendamento ou aluguel destinada ao financiamento de veículos, máquinas, equipamentos e imóveis.” O autor destaca ainda que no caso de pessoas físicas somente libere-se o *leasing* envolvendo veículos. O contrato sofre amortizações mensais compreendendo períodos de 24 e 36 meses, ou seja, visa o longo prazo.

Utilizar-se de tal sistema implica na geração de receita que justifique o seu pagamento. O indivíduo ao comprar um carro por meio desta alternativa, deve atentar ao benefício atrelado às parcelas do *leasing*, pois estes valores, “[...] podem ser deduzidos da receita das [...] jurídicas quando têm a ver com a profissão e a atividade dos envolvidos e objetivos do empreendimento.” (FRANKENBERG, 1999, p. 380).

Este tipo de operação, de acordo com Brito (2005 p.140), possui a “característica principal de financiamento em que, no final do prazo do contrato, o arrendatário (neste caso, o cliente) tem a opção de, mediante pagamento do valor residual garantido, ficar com o bem objeto do *leasing*.” Observa-se que o bem passa a ser do arrendatário somente após a sua total quitação.

Ao término do contrato, o cliente precisa tomar uma decisão que, de acordo com Santos (2000, p. 30), configura-se na escolha por uma das seguintes alternativas: “comprar o bem pelo valor residual; apresentar interessados na compra do bem pelo valor residual; e devolver o bem à arrendadora.”

Com as citações feitas, observa-se no *leasing* a faculdade que o cliente possui de decisão quanto ao bem em questão, podendo fazer do mesmo apenas um aluguel, devolvendo-o ao final do prazo estipulado. Neste processo é possível auferir lucros sem ter a propriedade do bem financiado, além de utilizar-se de benefícios fiscais no caso de empresas.

2.7 SEGUROS

Após elaborar-se um bom planejamento pessoal e conhecer um pouco sobre investimentos e empréstimos, é possível maior conscientização para então tomar atitudes que tornem os bens conquistados resguardados.

Para Andrezo e Lima (2007), o seguro é uma alternativa que a sociedade possui que serve para protegê-la diante dos riscos existentes. Para fazê-lo, a

coletividade contribui para um fundo que garante a cobertura, parcial ou total, das perdas que algumas pessoas irão sofrer. Configura-se em algo coletivo que atende de forma individual, pois os prejuízos sofridos e não suportados individualmente serão sanados pelas diversas contribuições existentes no fundo.

Quando o assunto é seguro, Tommasi e Lima (2007, p. 47) relatam que “ao contratá-lo, você garante o recebimento de uma indenização, caso um determinado evento de risco venha a acontecer.” Com adoção dessas ferramentas, pode-se evitar segundo os autores que a situação financeira seja comprometida por gastos inesperados e extraordinários, mantendo-se o orçamento saudável e equilibrado.

Na concepção de Andrezo e Lima (2007, p. 58), ao contratar-se um seguro,

[...] uma das partes (segurador) obriga-se a indenizar a outra parte (segurado) ou um terceiro (beneficiário estipulado pelo segurado), no caso de ocorrer determinado evento futuro, possível e incerto ou de data incerta (sinistro). Ao contratar o seguro, o segurado paga um valor (prêmio) ao segurador. Se ocorrer o sinistro, o segurador deve indenizar o segurado nos termos previstos no contrato (valor). O seguro é, portanto, uma compra e venda de riscos.

Observa-se, que as seguradoras trabalham com a compra e venda de riscos. Conforme cada caso, estipulam-se as partes e formaliza-se um contrato para que os valores comecem a ser pagos pelo segurado, em contra-partida, a seguradora assume os riscos que podem incorrer sobre seus clientes.

Para Fortuna (2005, p. 446), o seguro passa pela etapa mais importante quando a seguradora aceita o risco da operação que lhe foi contratada. Segundo o autor, deve-se, neste momento, verificar rigorosamente “se o risco proposto está dentro de sua política de aceitação; se o prêmio a ser cobrado está correto; se as condições de seguro/cobertura estão aprovadas pela Susep.”

As condições envolvidas no seguro devem ser aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), pois esta é a autarquia que os controla e fiscaliza. (ASSAF NETO, 2007).

Esclarece-se, de acordo com Fortuna (2005), que é a Susep quem regulamenta as operações pertinentes aos seguros, estipulando os valores das tarifas, fixando os termos da apólice e dos planos de operação.

Portanto, observa-se, diante do exposto acima, que um bom orçamento deve incluir em seus itens um valor destinado aos riscos enfrentados no cotidiano de

cada cidadão. É necessário, também, entender que existe um órgão que os regulamenta o que contribui para que segurador e segurado cumpram com seus contratos.

Acredita-se, conforme Frankenberg (1999, p.176), que “as companhias de seguros foram uma criação inteligente dos seres humanos para diminuir ou, na medida do possível, eliminar os riscos que corremos em nossas vidas.”

Quanto aos tipos de seguros, de acordo com Assaf Neto (2006), eles estão divididos em dois grupos. O primeiro, envolve pessoas e é composto de seguros de vida, acidentes pessoais e de saúde. Já o segundo grupo refere-se aos seguros pertinentes aos danos materiais, ou seja, os que têm por objetivo o reparo nas perdas financeiras causadas ao patrimônio da pessoa segurada.

“Portanto, o princípio de todos os seguros é que um grupo de pessoas garante a indenização daquela que sofreu alguma perda, seja de bens materiais ou mesmo da própria vida.” (FRANKENBERG, 1999, p. 176). Assim, nem todas as pessoas que efetuam os pagamentos propostos enfrentam as perdas descritas em suas apólices, então o montante arrecadado para aquele fim é destinado à sanar os prejuízos de outras.

No presente trabalho serão descritos aspectos que envolvem os seguros de vida, acidentes pessoais, de automóvel e residencial.

2.7.1 Seguro de Vida

Este tipo de seguro, “tem por finalidade garantir determinado pagamento a um beneficiário indicado em caso de morte do segurado. A cobertura do seguro de vida pode se dar por morte natural ou morte acidental.” (ASSAF NETO, 2006, p. 273).

O seguro de vida proporciona aos indivíduos que sobreviverem, a mesma estabilidade que existia quando o segurado estava presente. Portanto, é responsável por minimizar os danos causados pela falta ocorrida. (FRANKENBERG, 1999).

Existem as possibilidades de a apólice desse seguro ser,

[...] individual, quando a proteção recai apenas sobre uma pessoa; ser em conjunto, quando o contrato protege além do segurado mais uma pessoa, geralmente seu cônjuge; e, por último, pode-se optar por envolver diversos indivíduos na mesma apólice sendo esta modalidade denominada de seguro em grupo. (ASSAF NETO, 2006, p. 273).

Os seguros de vida levam em conta, de acordo com Andrezo e Lima (2007, p. 59) “a duração da vida humana serve de base para o cálculo do prêmio devido ao segurador. Em regra, o segurador se obriga a pagar um capital ou uma renda determinados ao beneficiário do seguro, no caso de morte do segurado.” O autor aponta, ainda, que existem determinados planos em que há um prazo acordado de vida e em caso de o segurado sobreviver a ele, os pagamentos passam a ser direcionados ao dono do seguro e não aos seus beneficiários.

As apólices dos seguros de vida cobrem indenizações em caso de morte natural ou acidental e também em casos de invalidez por doença ou acidente. Por sua importância, alerta-se segundo Frankenberg (1999) que cada detalhe existente no contrato seja analisado criteriosamente para que o segurado contrate exatamente aquilo que necessita evitando-se possíveis enganos.

Destaca-se de acordo com Assaf Neto (2006, p. 273), que a indenização é estipulada previamente em contrato assinado pelo segurado, sendo que o valor pago à Companhia Seguradora para que a mesma se responsabilize pela cobertura dos riscos de seu segurado, é denominado de prêmio e representa o custo envolvido no seguro.

2.7.2 Seguro de Acidentes Pessoais

Tem por finalidade, de acordo com Frankenberg (1999, p.178), garantir ao segurado ou aos seus beneficiários, “indenização em caso de morte acidental, invalidez permanente parcial ou total por acidente.” O autor destaca ainda que esta modalidade é indicada para as pessoas que são autônomas, pois confere a elas o reparo da renda que poderá ser afetada em decorrência de seu estado de saúde.

Além do exposto, “o seguro de acidentes pessoais pode prever ainda, como cobertura adicional [...] pagamentos de despesas médico-hospitalares e pagamentos de diárias em caso de invalidez temporária.” (ASSAF NETO, 2006, p. 273).

Destaca-se segundo Andrezo e Lima (2007), que se destina o valor ao segurado quando este sofrer algo que o deixe incapaz permanentemente ou temporariamente. Já no caso de morte do segurado, é o beneficiário indicado no contrato, quem auferirá tal valor.

Observa-se, diante das citações feitas, que este seguro torna-se importante pelo fato de resguardar o segurado em caso de acidentes, frente aos possíveis riscos que corre em seu cotidiano. A contratação dessa modalidade auxilia na manutenção do equilíbrio do orçamento pessoal, ajudando ao atingido a retomar sua vida.

2.7.3 Seguro de Automóvel

Ao adquirir um automóvel, Frankenberg (1999) destaca que além dos riscos envolvendo a sua perda total do veículo e frente ao crescente número de roubos e acidentes envolvendo carros no Brasil, a melhor alternativa é proteger-se de tais infortúnios através da adoção de um seguro de automóvel.

Existe, nesta categoria, um seguro que é exigido por lei denominado DPVAT, o qual confere às pessoas uma proteção mínima em caso de acidentes. Este, é obrigatório para os possuidores de automóvel que trafegue em vias terrestres. (FRANKENBERG, 1999).

O seguro de automóvel pode abranger, segundo Andrezo e Lima (2007, p. 60), vários danos entre eles aqueles “decorrentes de incêndio, colisão e roubo, bem como danos causados a terceiros em decorrência de acidentes.”

Neste contexto, Assaf Neto (2006) complementa que o valor coberto pelo seguro é referente ao capital designado para adquirir o veículo.

Ao contratar um seguro de automóvel, obtém-se de acordo com Frankenberg (1999, p. 178) a vantagem em que “quanto menos sinistros ocorrem com o veículo durante os anos de posse, menor será o prêmio que a companhia de seguros cobra do segurado.” De acordo com o autor, tal situação leva em conta que o segurado é cuidadoso e, por isso, ganha um bônus que são os descontos concedidos pela seguradora.

O contrato poderá, também, estipular um valor adicional pago pelo segurado, chamado de franquia. De acordo com Assaf Neto (2006, p. 273-274) “é geralmente um valor fixo, e deve ser desembolsado pelo segurado para cobrir parte dos custos de reparo do veículo, quando este tiver sofrido danos parciais.” O autor destaca que, em caso de perda total, a franquia não é adotada, pois neste caso, o seguro cobre todo o custo.

Conforme Susep (2012) que o valor da franquia é

expresso na apólice, que representa a parte do prejuízo que deverá ser arcada pelo segurado por sinistro. Assim, se o valor do prejuízo de determinado sinistro não superar a franquia, a seguradora não indenizará o segurado.

A seguir, descrevem-se aspectos que envolvem a modalidade de seguro residencial.

2.7.4 Seguro Residencial

Este seguro, em geral, possui cobertura destinada aos riscos de incêndio. Entretanto, de acordo com a Susep (2012), são ofertadas diversas coberturas tornando-o, deste modo, um seguro caracterizado como compreensivo.

Esse tipo de seguro protege a residência da pessoa que o contrata, podendo, ela, optar pela cobertura de danos causados por explosões, roubos, vendavais, incêndios, granizo, furacões, raios entre outras situações de risco que o imóvel pode sofrer. (FRANKENBERG, 1999).

“Este seguro é destinado a residências individuais, casas e apartamentos, habituais ou de veraneio. Em geral, sua contratação é feita por meio de proposta, com posterior emissão de apólice (contrato do seguro)”. (SUSEP, 2012).

Ao contratá-lo, o segurado resguarda seu imóvel de modo a contribuir com o esforço necessário para conquistá-lo. Evita-se dessa maneira, que os danos ocorridos no bem, abalem seu orçamento financeiro.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, descreve-se o resultado da pesquisa realizada com os professores que lecionam no período matutino, em três escolas públicas, da cidade de Araranguá. Pretende-se, com o trabalho, destacar aspectos relacionados à educação financeira, utilização de ferramentas contábeis no planejamento e controle financeiro pessoal desses profissionais, de acordo com o tema objeto de pesquisa. Posteriormente serão expostos os hábitos de consumo de produtos e serviços financeiros pela população pesquisada.

Este trabalho tem como foco verificar se o grupo pesquisado recebeu em algum momento de suas vidas, dos pais ou nos bancos escolares, conhecimentos relativos a produtos e serviços financeiros. Faz parte do estudo, também, investigar se realizam algum controle das entradas e saídas de seus recursos e se utilizam algumas das ferramentas contábeis adaptadas à pessoa física no planejamento, gestão e controle das finanças pessoais.

Foram levantados também, aspectos relacionados aos hábitos de pagamento, investimento e seguridade da população investigada.

Os dados foram compilados a partir das respostas dadas a um questionário contendo 29 perguntas. A sua aplicação foi realizada pela pesquisadora por meio de contato direto, envolvendo professores de três escolas públicas estaduais. A abordagem se deu no horário do intervalo das aulas no período matutino.

Pretendeu-se, uma vez levantada a população objeto de pesquisa, realizar-se um censo.

A seguir expõem-se a caracterização da população investigada.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

No presente trabalho utilizou-se como grupo de estudo, profissionais da área de ensino. Diante disso foi elaborada uma pesquisa em três escolas estaduais do município de Araranguá.

Em cada escola, indagou-se junto à direção a quantidade de professores que lecionam no período da manhã, totalizando uma população de oitenta e cinco participantes. Obtiveram-se respostas de sessenta e nove do total pesquisado.

Identifica-se desse modo, que o censo analisado corresponde a 81% da população investigada. Para melhor entendimento, elaborou-se a Tabela 1 que descreve cada um desses itens dividindo-os por escola.

Tabela 1: População Investigada

Escola	Nº de professores do período matutino (População)	Respondentes	%
A	30	24	80%
B	20	17	85%
C	35	28	80%
TOTAL	85	69	81%

Fonte: Elaborado pela autora

3.2 INDICADORES PESSOAIS

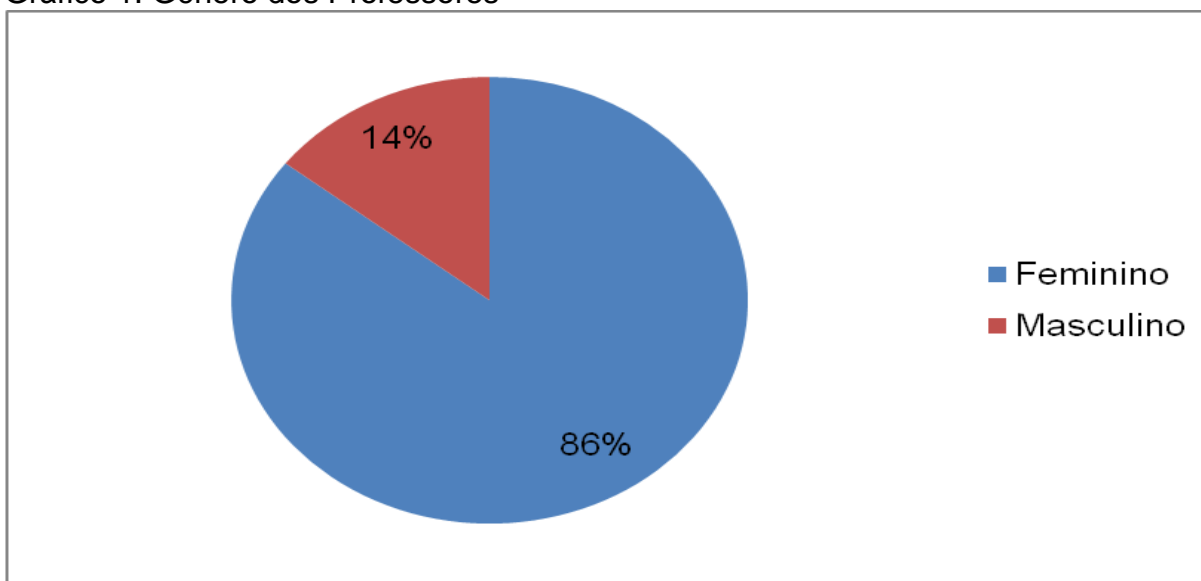
A seguir são expostas as informações que contemplam os dados pessoais da população pesquisada. Primeiramente indagou-se o gênero dos pesquisados e sua faixa etária, posteriormente o estado civil e a escolaridade e por fim aspectos que envolvem a renda dos pesquisados.

a) Gênero

Por meio do Gráfico 1, identifica-se o gênero dos professores envolvidos na pesquisa.

Frente às informações coletadas, observa-se que há uma predominância de professoras totalizando 86% do grupo pesquisado, sendo apenas uma fatia de 14% da população investigada é representada por homens.

Gráfico 1: Gênero dos Professores

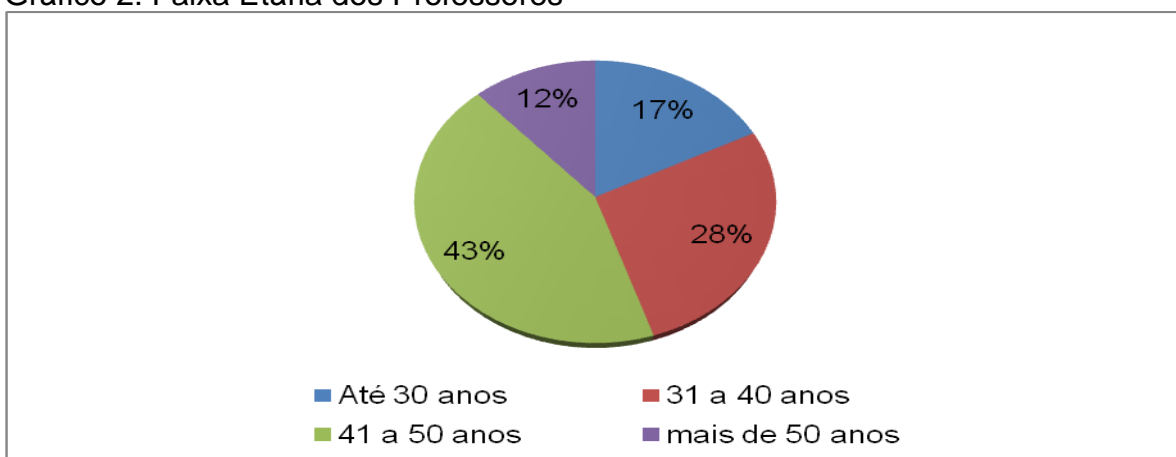


Fonte: Elaborado pela autora.

b) Faixa Etária

Com base no Gráfico 2 é possível identificar a idade da amostra analisada.

Gráfico 2: Faixa Etária dos Professores



Fonte: Elaborado pela autora

Verifica-se que a maior parte dos professores possui idade entre 41 e 50 anos, compondo 43% da população investigada. Tal porcentagem equivale a trinta professores do universo em estudo. Logo a após observa-se que 28% dos pesquisados totalizando dezenove profissionais, possuem de 31 a 40 anos.

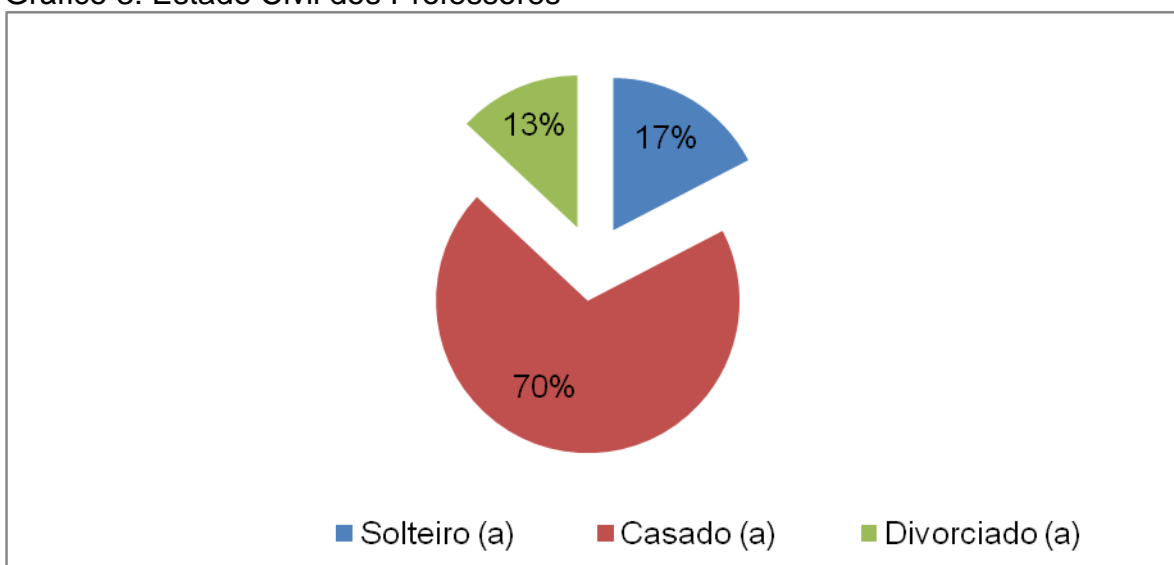
Tal exposição permite identificar, que 17% da população, o equivalente a doze professores concentra-se na faixa etária de até 30 anos. Sendo os 12% restantes representados por oito professores que possuem idade superior a 50 anos.

Diante disso, observa-se que a faixa etária predominante da amostra investigada está entre 31 a 50 anos e que unidas, representam 49 professores.

c) Estado Civil

O questionário indagou aos professores, o respectivo estado civil, que é observado por intermédio do Gráfico 3.

Gráfico 3: Estado Civil dos Professores



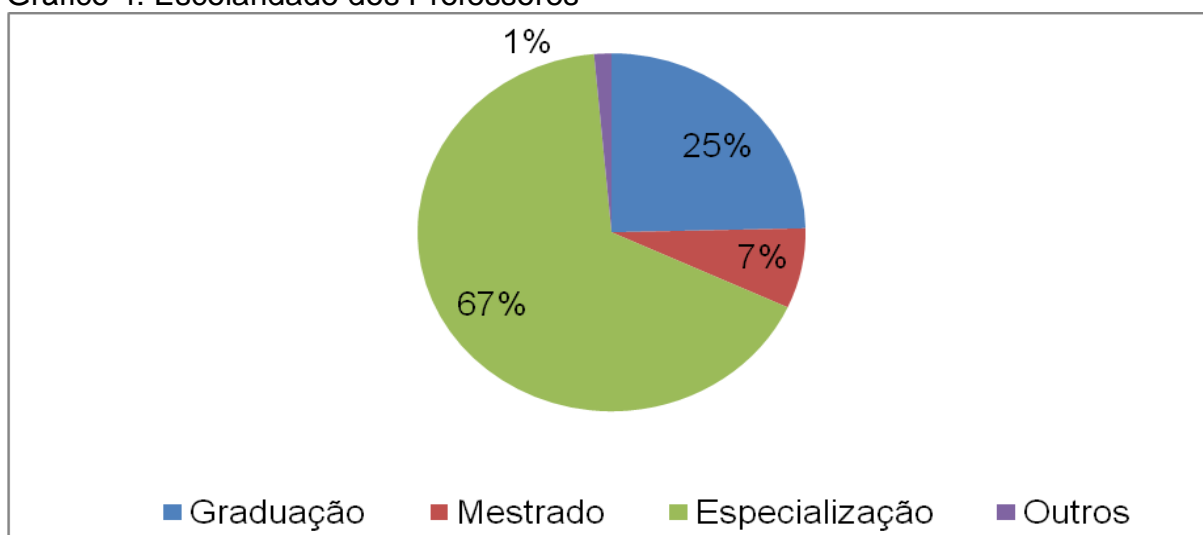
Fonte: Elaborado pela autora

Identifica-se com os dados coletados que a amostra compõe-se predominantemente por professores casados atingindo 70% de respostas em tal item, totalizando desse modo, 48 professores. Logo após estão os professores que são solteiros, representando 17% dos pesquisados e por fim, coletaram-se oito casos de profissionais que são divorciados compondo 13% da amostra investigada.

d) Escolaridade

A ilustração a seguir evidencia a escolaridade dos professores pesquisados.

Gráfico 4: Escolaridade dos Professores



Fonte: Elaborado pela autora.

Verifica-se com base no Gráfico 4 que 46 (quarenta e seis) professores possuem especialização, representando 67% do grupo investigado. Em 17 (dezessete) casos, os professores são apenas graduados. Uma pequena parcela, 7% dos professores, possui mestrado tal percentual equivale a cinco profissionais. A pergunta possuía a faculdade do respondente em assinalar outro tipo de escolaridade, e em um dos questionários observa-se que esta alternativa foi marcada sendo mencionado: pós-graduação.

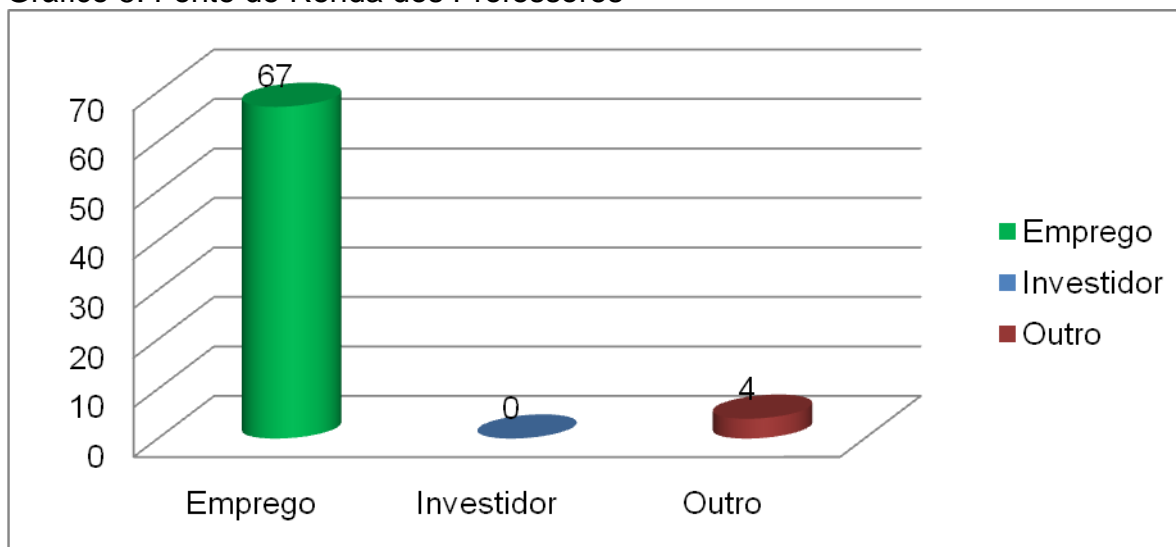
Observa-se diante dos dados coletados que poucos professores buscam mestrados, porém uma boa parcela tem especialização o que contribui no aperfeiçoamento do docente.

e) Fonte de Renda

O Gráfico 5, demonstra qual a fonte de renda dos professores investigados. Tal questão possui como alternativas o emprego, investidor e faculta

ao seu respondente a opção de possuir outra fonte de renda devendo ser mencionada.

Gráfico 5: Fonte de Renda dos Professores



Fonte: Elaborado pela autora

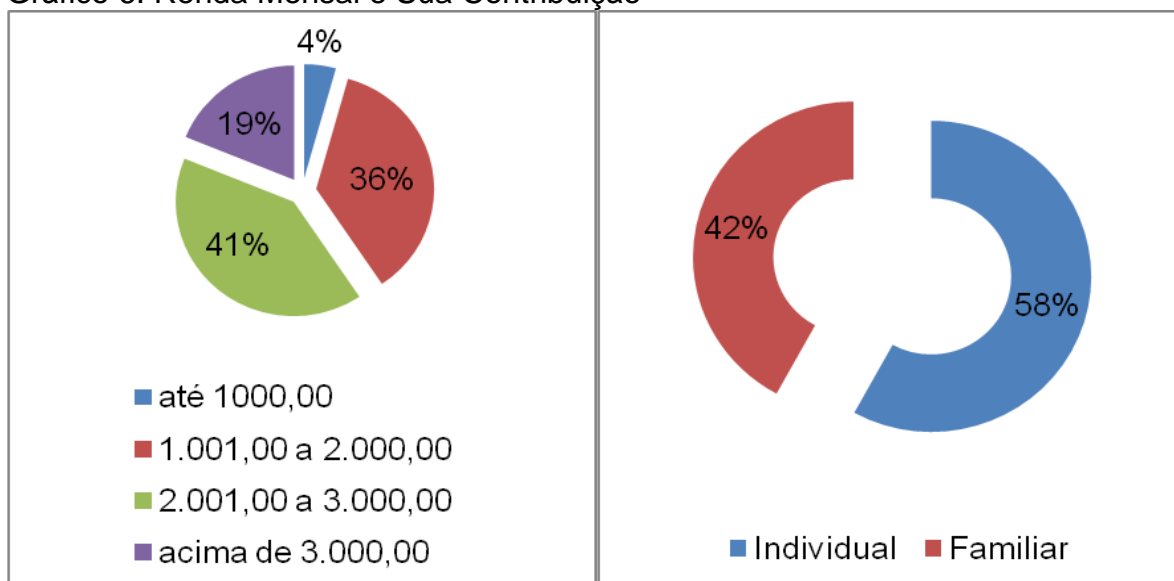
Observa-se que sessenta e sete professores representando um percentual de 94%, possuem como fonte de renda seu emprego, nenhum professor qualificou-se como investidor. Em quatro questionários que representam 6% do total, obteve-se a resposta em apenas um deles, de outra fonte de renda, sendo mencionada a atividade de vendas.

Identifica-se diante disso que a maior parte do grupo auferir apenas a renda proveniente de seu trabalho, não tendo grandes ganhos com seus investimentos.

f) Renda mensal e seu respectivo comprometimento

Por intermédio do Gráfico 6, foi possível conhecer a renda mensal e identificar se esta é utilizada individualmente ou se ajuda a outras pessoas.

Gráfico 6: Renda Mensal e Sua Contribuição



Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nos dados coletados, identifica-se que a maior parte dos pesquisados, 41%, possui uma renda entre R\$ 2.001,00 a 3.000,00. Seguido por outro grupo que compreende 36%, os quais auferem mensalmente valores entre R\$ 1.001,00 a 2.000,00. Em terceiro lugar, representando 19%, estão aqueles professores que possuem renda acima de R\$3.000,00. Uma pequena parcela, 4% possui renda até R\$1.000,00.

Neste gráfico, também se observa que 58% dos salários são utilizados individualmente sendo os 42% restantes, agregados a outra pessoa.

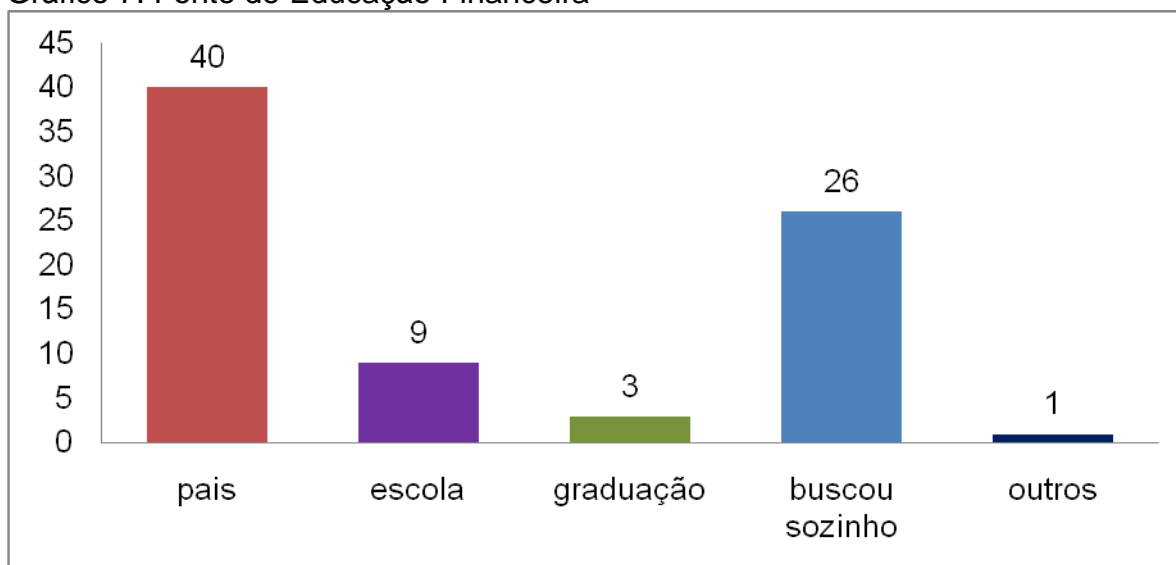
3.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Neste tópico serão expostos os gráficos que contemplam aspectos da educação financeira do grupo pesquisado identificando primeiramente quais fontes orientaram sobre o assunto, a seguir questiona-se sobre a importância desse tema para a vida do cidadão. Por fim, buscou-se identificar se a amostra pesquisada possui um bom conhecimento a respeito dos produtos e serviços financeiros.

a) Fonte de Educação Financeira

No Gráfico 7, buscou-se identificar quem orientou o grupo pesquisado a respeito de educação financeira. Os participantes poderiam optar por mais de uma resposta, visto que tal orientação nem sempre provém de uma única fonte.

Gráfico 7: Fonte de Educação Financeira



Fonte: Elaborado pela autora.

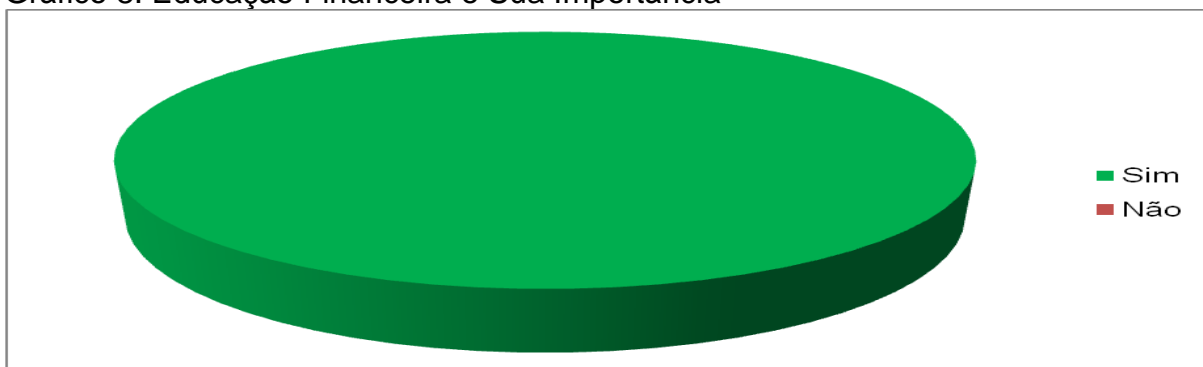
Verifica-se que a maior fonte de educação financeira provém dos pais, sendo encontradas 40 respostas em tal alternativa. Em segundo lugar, com 26 marcações estão aqueles que julgam não terem recebido educação financeira, porém nem por isso deixaram de buscar sozinhos por tais conhecimentos. A alternativa que mencionava como fonte a escola recebeu apenas 9 marcações. Posteriormente, três pessoas julgam terem recebido orientações em suas graduações e, um dos professores recebeu tal educação de outras fontes, mas não as mencionou.

Dado o exposto, observa-se em conformidade com a bibliografia estudada, que a escola e graduação pouco orientam sobre educação financeira. Nesta amostra investigada, a maior fonte de educação financeira origina-se no ambiente familiar.

b) Importância da Educação Financeira

Por meio da 9ª pergunta, foi possível coletar a opinião do grupo frente à importância da educação financeira pessoal. Tal julgamento foi estampado no Gráfico 8.

Gráfico 8: Educação Financeira e Sua Importância



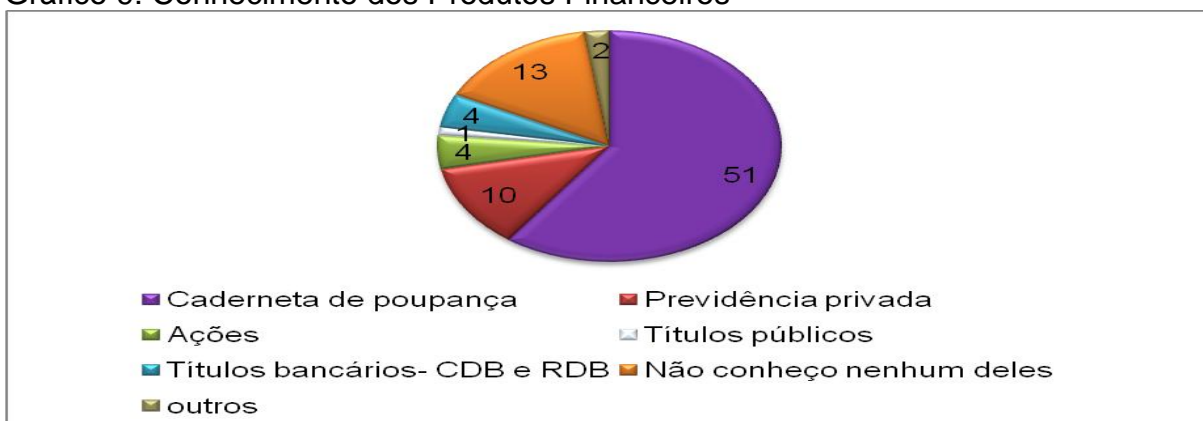
Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta pergunta, obteve-se resposta unânime, onde todos os 69 professores responderam que julgam importante para o cidadão ter educação financeira.

c) Conhecimento dos produtos de investimentos

Por meio do Gráfico 9, foi investigado o conhecimento dos professores a respeito dos produtos financeiros. Salienta-se que nesta questão os professores poderiam optar por mais de uma resposta.

Gráfico 9: Conhecimento dos Produtos Financeiros



Fonte: Elaborado pela autora.

A caderneta de poupança aparece em 51 dos 69 questionários aplicados. Para as demais alternativas obtiveram-se em ordem decrescente de apontamentos, os seguintes resultados: não conheço nenhum deles (13), previdência privada (10), ações (4), títulos bancários- CDB e RDB (4), outros (2), títulos públicos (1).

Analisando-se os resultados obtidos, observa-se que a poupança é a modalidade mais conhecida entre os pesquisados. Tal fato coloca a teoria exposta pelos autores a cerca da popularidade da Caderneta de poupança. Levando-se em conta os demais resultados nota-se a falta de conhecimento do grupo em relação aos demais produtos de investimentos, pois 13 pessoas afirmam que não conhecem nenhum deles.

Para a alternativa “Outros” o pesquisado poderia descrever que outro tipo de investimento conhecia. Obteve-se essa resposta em dois dos questionários aplicados, porém apenas um deles tem a modalidade descrita. O respondente classifica a conta-corrente como investimento. Mostrando dessa forma o seu total desconhecimento a respeito de tal assunto.

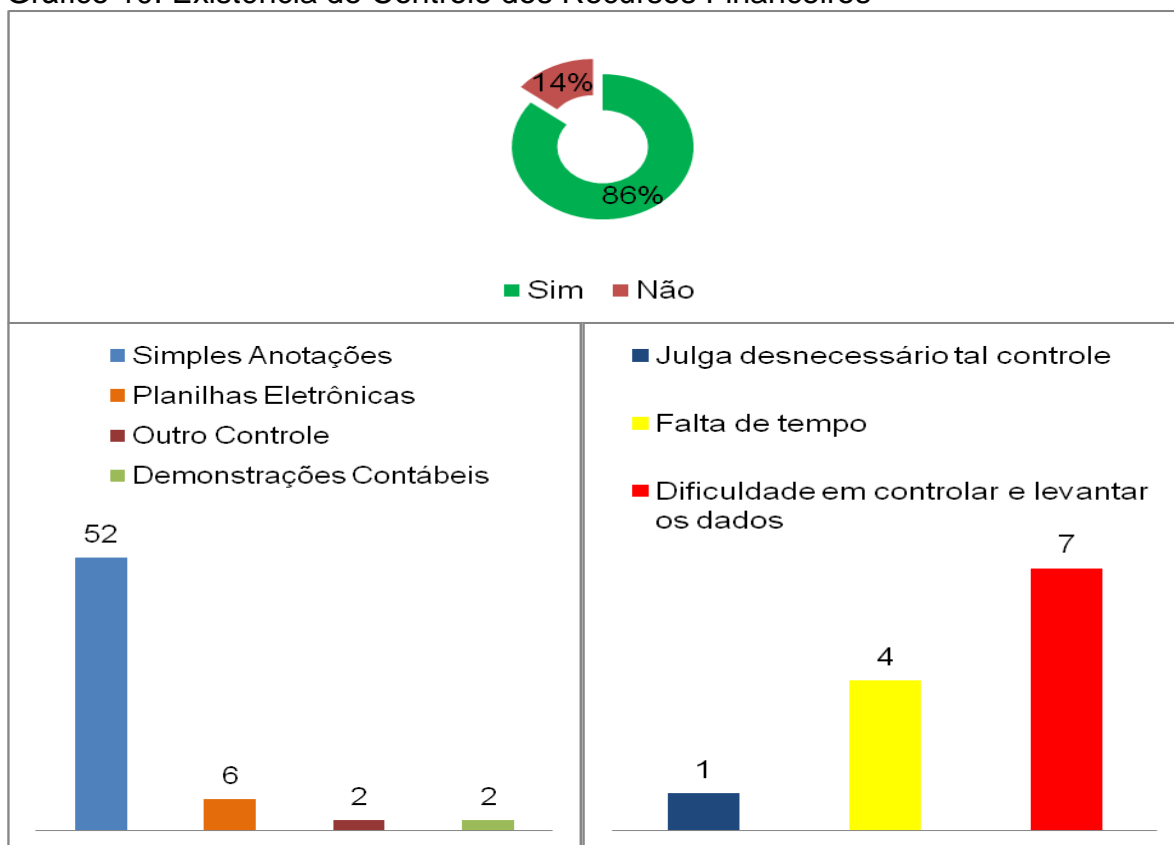
3.4 FERRAMAMENTAS CONTÁBEIS NO PLANEJAMENTO PESSOAL

Nesta etapa do questionário buscou-se, identificar junto ao grupo pesquisado, quais as ferramentas utilizadas por aqueles que realizam algum tipo de controle das entradas e saídas dos recursos financeiros. Aos que não o fazem, questionou-se que fatos os levam a isso.

a) Existência de controle das entradas e saídas de recursos financeiros

Com base no Gráfico 10, identifica-se o percentual de pessoas que controlam seus recursos financeiros, demonstrando posteriormente de que maneira tal controle acontece. Para aqueles pertencentes ao grupo que não executa tal atividade, questionou-se o motivo.

Gráfico 10: Existência de Controle dos Recursos Financeiros



Fonte: Elaborado pela autora

Os resultados obtidos mostram de acordo com o gráfico acima que 86% dos pesquisados realizam algum tipo de controle de entradas e saídas de seus recursos financeiros. Um resultado que mostra interesse presente em praticamente toda a amostra investigada.

Em seguida foi questionado ao grupo que respondeu positivamente à primeira pergunta quais ferramentas eram utilizadas nesse planejamento. Salienta-se que os pesquisados poderiam escolher mais de uma alternativa de resposta para a pergunta. Tal questionamento possuía quatro alternativas, que receberam respectivamente as seguintes marcações: simples anotações (52), planilhas eletrônicas (6), outro controle (2) e demonstrações contábeis (2).

Para aqueles que marcassem a alternativa “outro controle” o professor poderia descrever a ferramenta utilizada, obteve-se como resposta planilha manual e livro caixa.

Ao grupo que respondeu negativamente ao primeiro questionamento, totalizando 14% da população que equivale a dez professores, foram questionados os motivos que fazem com que tal controle não seja efetuado.

Observa-se que o maior motivo encontra-se na dificuldade em controlar e levantar os dados, sendo marcada em sete questionários, em segundo lugar com quatro marcações, aponta-se a falta de tempo e por fim uma resposta foi coletada na alternativa em que o pesquisado julga desnecessário tal controle.

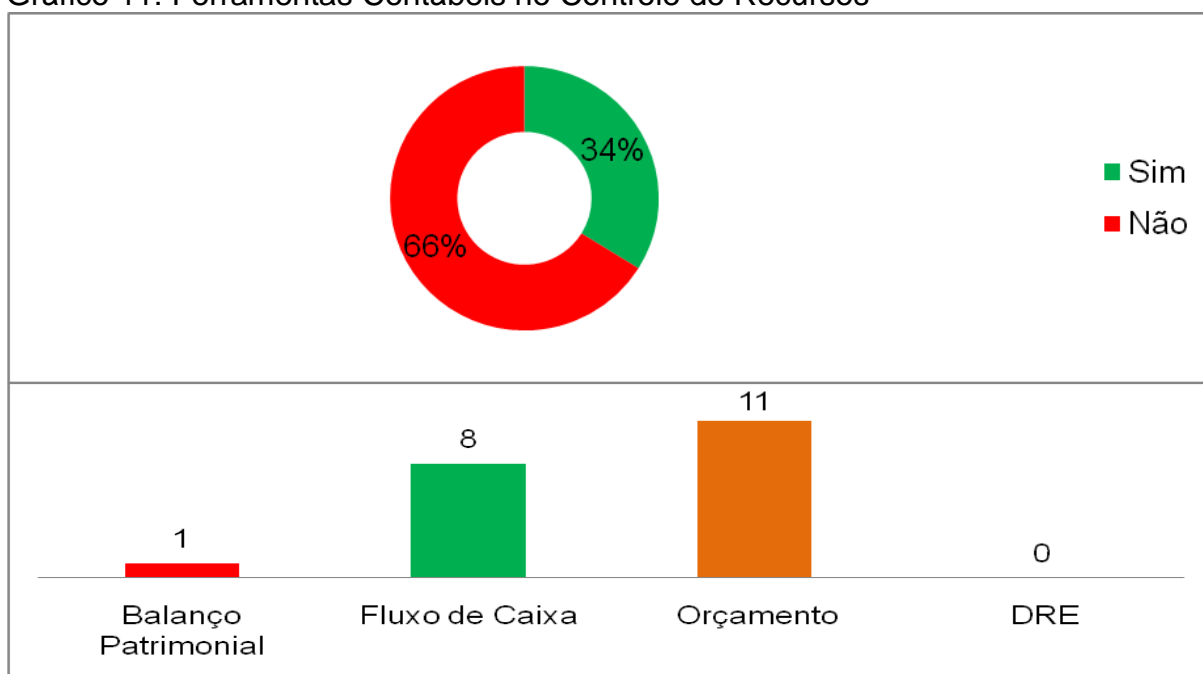
Salienta-se que esta questão continha cinco possibilidades, e admitia mais de uma escolha. Sendo que não se obteve nenhuma resposta para as seguintes alternativas: “outros motivos” e “não conhece nenhuma ferramenta”.

Diante dos dados apresentados no gráfico 10, observa-se que a maioria do grupo realiza controle de seus recursos e o faz por meio de simples anotações. E quem não o faz, aponta a dificuldade de levantar e controlar os dados.

b) Uso de ferramentas contábeis

Elucida-se no Gráfico 11 a existência de ferramentas contábeis no planejamento do grupo pesquisado, além de identificar quais delas são utilizadas.

Gráfico 11: Ferramentas Contábeis no Controle de Recursos



Fonte: Elaborado pela autora

Os dados coletados apontam que apenas 34% da amostra investigada utiliza em seu controle algum tipo de ferramenta contábil.

Na pergunta seguinte, identificou-se que o planejamento efetuado pelos professores é efetuado na maioria dos casos por meio de Orçamento, sendo utilizado por 11 dos pesquisados. Em seguida mencionam em 8 questionários o Fluxo de Caixa. Sendo apontado em apenas 1, o balanço patrimonial. O DRE não é utilizado por nenhum dos pesquisados.

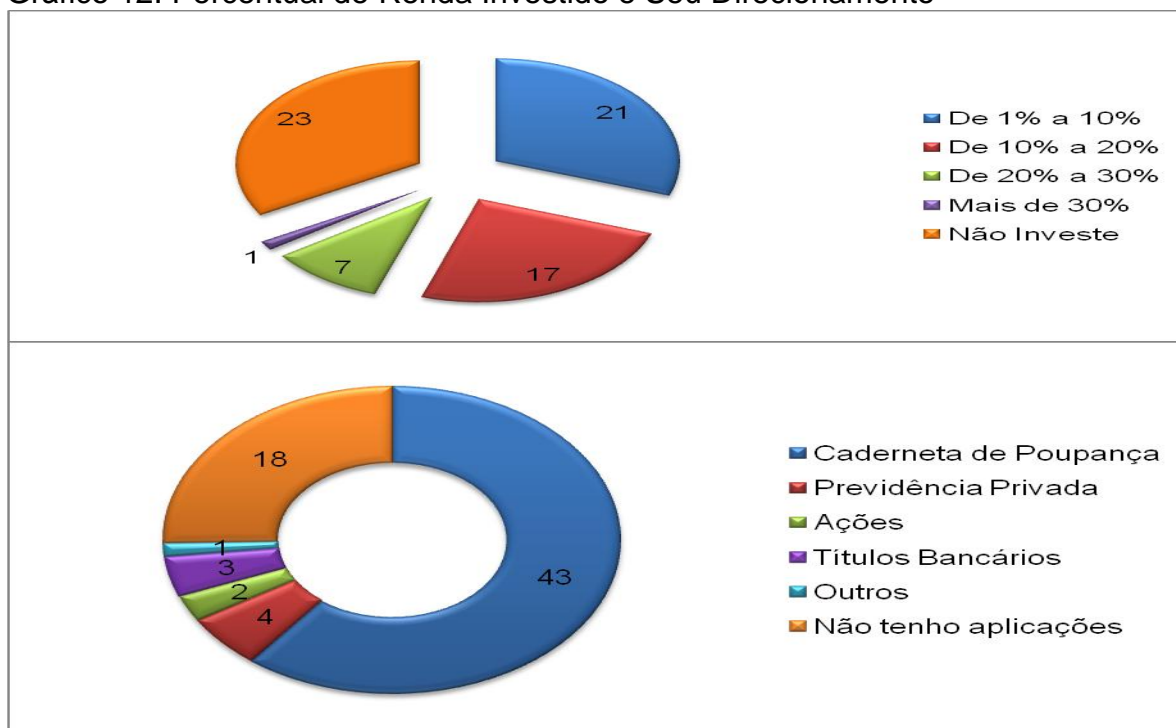
No Gráfico 11 evidencia-se a carência do grupo pesquisado em relação ao conhecimento das ferramentas contábeis. Diante de 69 professores, 59 realizam algum tipo de controle da entrada e saída de recursos, onde apenas 2 marcaram que em tal atividade são utilizadas demonstrações contábeis. Porém, a questão 13, que questionava a existência de ferramentas contábeis no planejamento, obteve 20 respostas positivas.

Quanto às ferramentas utilizadas, o orçamento recebe posição de destaque.

3.5 HÁBITOS DE INVESTIMENTO

Por meio do Gráfico 12, identificou-se qual o percentual de salário destinado aos investimentos e os respectivos produtos escolhidos. Salienta-se que os professores poderiam optar por mais de uma alternativa no caso dos produtos.

Gráfico 12: Percentual de Renda Investido e Seu Direcionamento



Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 12, expõe em sua primeira parte, o percentual que cada professor destina de sua renda para investimentos. Obtiveram-se, por ordem decrescente de respostas os seguintes dados: (23) não possuem aplicações ou estas não chegam a 1%; (21) de 1% a 10%; (17) de 10% a 20%; (7) de 20% a 30% e por fim (1) professor destina mais de 30% para investimentos.

O gráfico explorou quais os tipos de investimentos são utilizados pelos professores. Observa-se que a Caderneta de poupança é a opção que mais recebe aplicações, estando presente em 43 questionários. Isso ocorre de acordo com Frankenberg (1999) devido à facilidade em aplicar e resgatar o dinheiro no caso de imprevistos. Em contrapartida, Macedo Junior (2010) acredita que essa opção seja contratada em decorrência do desconhecimento a respeito de outras modalidades de investimentos que é aliada ao menor interesse em procurar por alternativas mais arrojadas.

Posteriormente observa-se que 18 professores não possuem aplicações, 4 investem em previdência privada, 3 possuem títulos bancários, 2 aplicam em ações. Para a alternativa “outros” obteve-se uma resposta de investimento em construção.

Tal questionamento possuía a alternativa de títulos públicos que não foi assinalada em nenhum dos questionários.

De modo geral, observa-se na população investigada, que 46 pessoas investem algum percentual de sua renda. As aplicações compreendem na maioria dos casos de 1% a 20% do salário. O produto com maior escolha é a Caderneta de Poupança, devido sua segurança e liquidez.

No que diz respeito à diferença para as alternativas: “não investe” (23) da pergunta 16 e “não tenho aplicações” (18) no 17º questionamento. Aponta-se que dez dos questionários possuem respostas divergentes para essas duas perguntas analisadas.

Cinco professores para a questão 16 apontam não investirem nada de sua renda, porém, quando questionados a respeito de quais tipos de investimentos realizam, assinalaram: caderneta de poupança. Em outros cinco questionários, existe um percentual de renda investido, no entanto, ao expor quais os produtos responderam que não possuem aplicações.

3.6 HÁBITOS DE PAGAMENTO

Nesta etapa do questionário, investigam-se aspectos que envolvem o pagamento dos compromissos financeiros. Identificando-se quais as dívidas existentes no grupo pesquisado e se tais compromissos estão em atraso. A seguir foram formuladas perguntas em relação à inadimplência indagando-se qual o motivo que levou o pesquisado a tal situação.

Questionou-se também se o salário auferido é suficiente para cobrir as despesas mensais, sendo posteriormente investigado qual meio recorrem quando precisam de dinheiro.

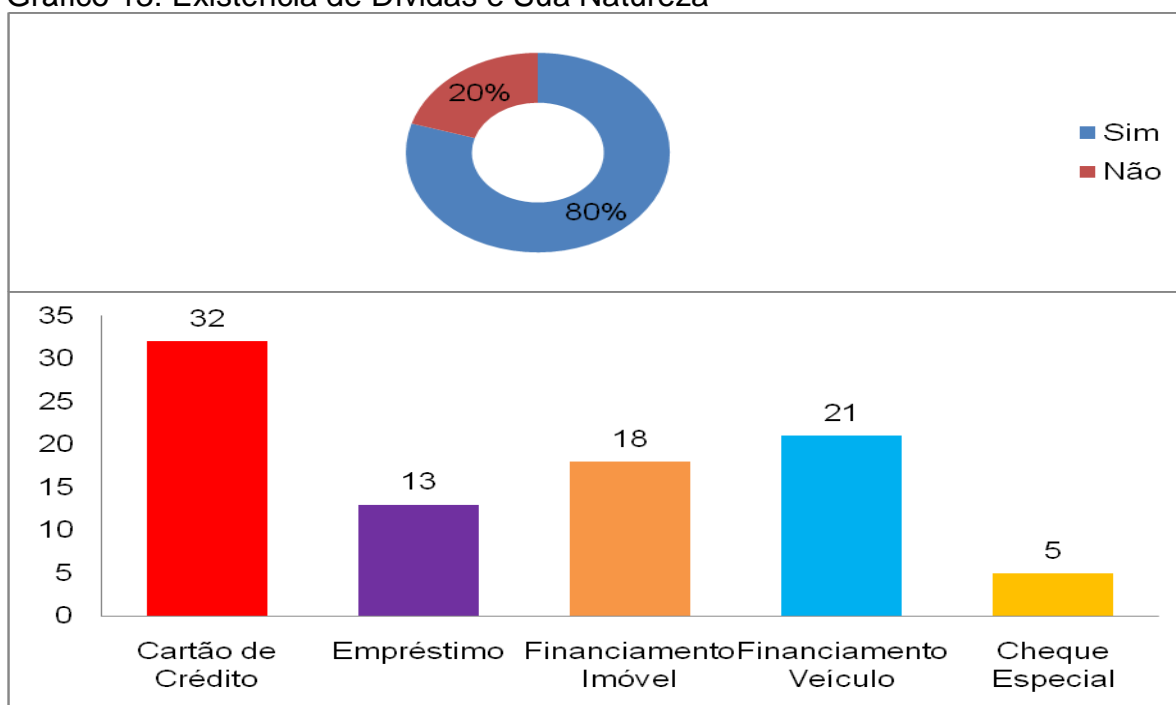
Por fim, indagou-se aos professores se os mesmos fazem uso do cartão de crédito, com o intuito de averiguar na sequência o comprometimento com o pagamento do total da fatura.

Os gráficos a seguir demonstram os resultados coletados:

a) Dívidas do grupo pesquisado

O Gráfico 13 identifica o percentual de professores que possuem dívidas detalhando sua natureza, admitindo-se mais de uma resposta.

Gráfico 13: Existência de Dívidas e Sua Natureza



Fonte: Elaborado pela autora.

Com os resultados obtidos verifica-se que 80% do grupo pesquisado possuem algum tipo de dívida. E sua natureza na maioria dos casos, encontra-se no cartão de crédito com 32 marcações. Seguido pelos financiamentos de veículo (21) e imóvel (18). Em 13 questionários observa-se que os professores possuem algum tipo de empréstimo que pode ser junto a parentes ou ligado a alguma instituição financeira. A menor fonte de dívida engloba o cheque especial sendo marcado por apenas 5 professores.

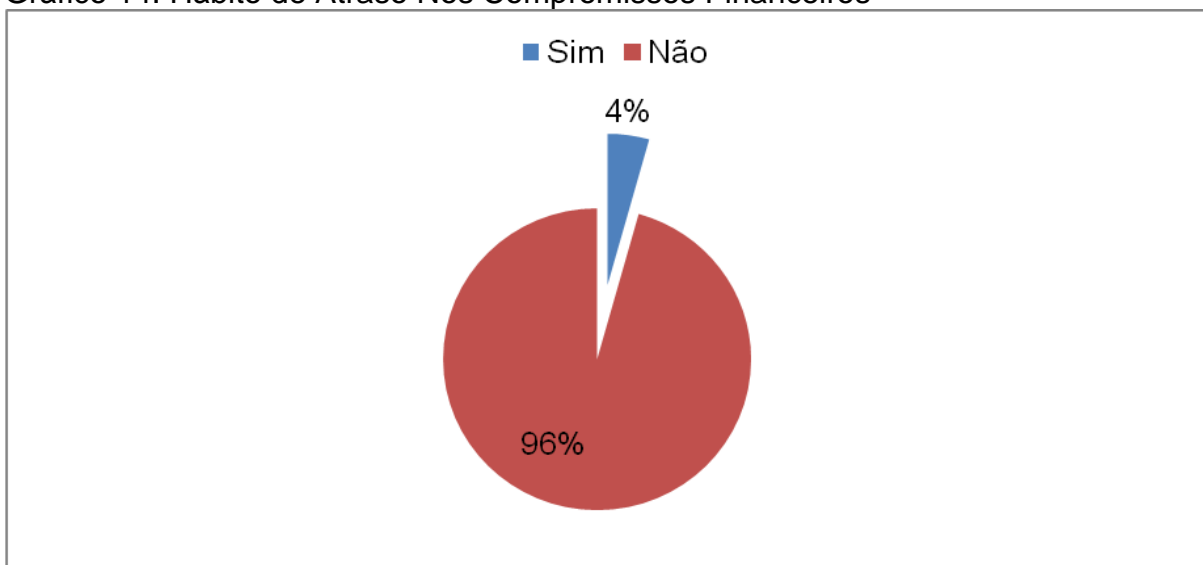
Os dados mostram que a grande parte do grupo possui dívidas no cartão de crédito, que podem ser em função de realizarem compras mensais e então efetuarem o pagamento no vencimento da fatura. Caso tal dívida seja por atraso em tal pagamento, torna-se preocupante, pois os juros envolvidos são expressivos.

Observa-se um dado importante ao analisar o pequeno número que possui dívidas junto ao cheque especial, tendo em vista o alto custo de tal operação.

b) Atraso nos compromissos financeiros

Por meio do Gráfico 14, indagou-se se o grupo pesquisado costuma atrasar os compromissos financeiros.

Gráfico 14: Hábito de Atraso Nos Compromissos Financeiros



Fonte: Elaborado pela autora.

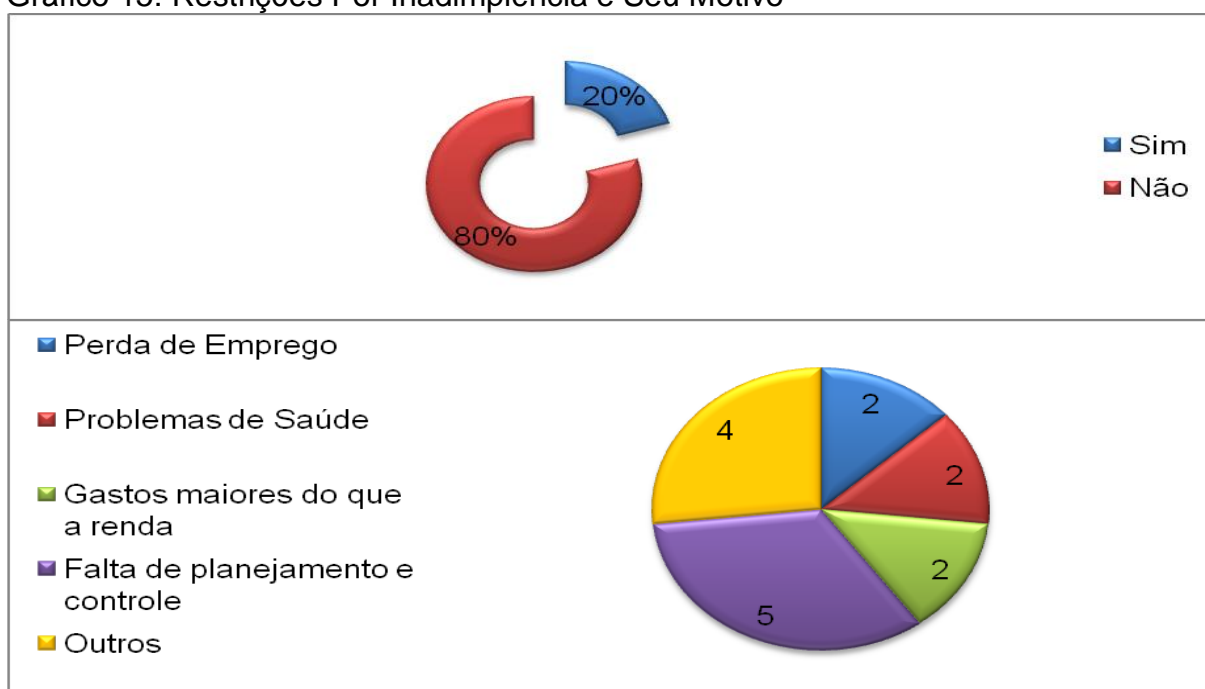
Os dados coletados apresentam que 96% dos pesquisados honram com seus compromissos financeiros. Em 4% que representa três dos pesquisados assumem que costumam atrasar os pagamentos.

O resultado obtido nesta pergunta demonstra que o grupo pesquisado é comprometido com os compromissos assumidos.

c) Inadimplência

Por meio do Gráfico 15, verifica-se a existência de restrição de crédito gerada em decorrência da inadimplência e seus respectivos motivos.

Gráfico 15: Restrições Por Inadimplência e Seu Motivo



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que 20% do grupo pesquisado em algum momento de sua vida, possuíram alguma restrição de crédito por conta de inadimplência. Tal percentual equivale a 14 professores.

Ordenadamente, descrevem-se a seguir o número de respostas coletado em cada uma das alternativas da pergunta que indagava ao professor o motivo de ter ficado inadimplente: Falta de planejamento e controle (5); outros (4); gastos maiores que a renda (2); perda de emprego (2); problemas de saúde (2).

O grupo investigado possui alguns participantes que já ficaram inadimplentes, os resultados obtidos por meio da segunda parte do gráfico revelam que a falta de planejamento e controle lidera os motivos de registro e existem também aqueles que admitem a existência de gastos maiores que a renda.

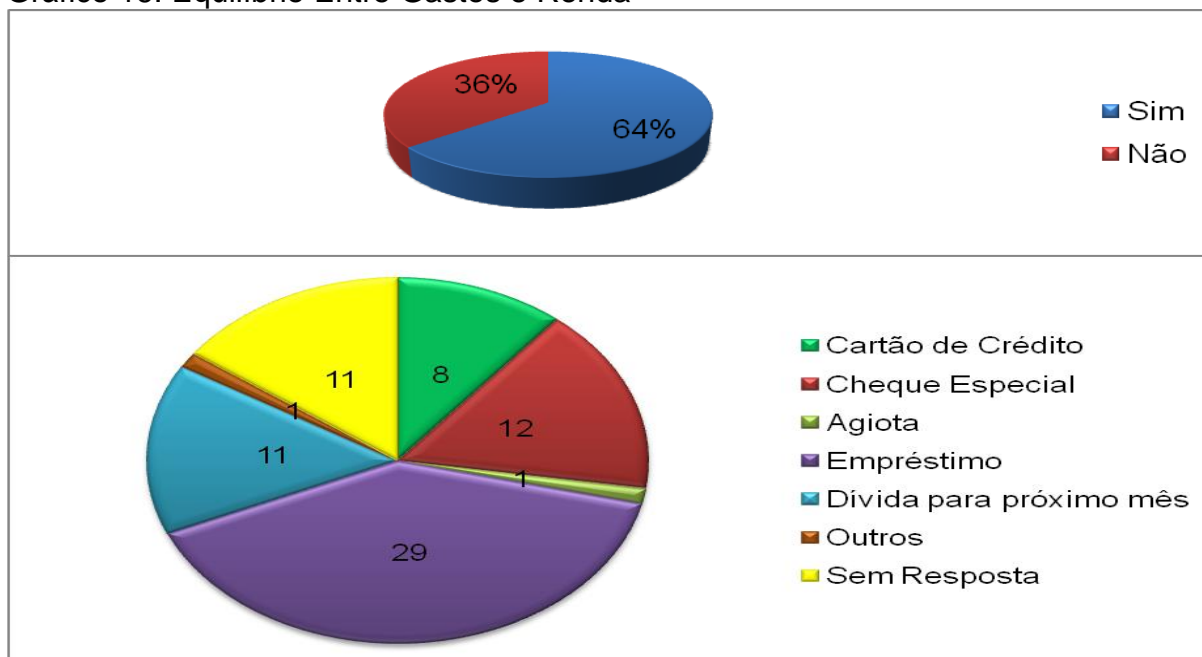
Esses motivos poderiam ser evitados através de um bom planejamento das entradas e saídas dos recursos financeiros.

Na alternativa outros, um dos professores relatou o empréstimo de um cheque que provocou desequilíbrio no saldo da conta-corrente. Alerta-se neste ponto para o cuidado com essas operações, pois quem recebe o ônus é quem “emprestou o nome”.

d) Equilíbrio entre as despesas e receitas

Com base no Gráfico 16, foi questionado se o salário cobre as despesas mensais e também a quais meios os professores recorrem quando necessitam de dinheiro.

Gráfico 16: Equilíbrio Entre Gastos e Renda



Fonte: Elaborado pela autora.

Identifica-se que 64% dos professores admitem que o salário que possuem é suficiente para cobrir suas despesas mensais.

Em seguida foram investigados quais meios são utilizados pelos professores quando estes necessitam de dinheiro. Tal pergunta considerou todas as respostas obtidas.

Verificou-se que a opção mais utilizada pelo grupo é a contratação de empréstimo, junto a parentes ou em instituições financeiras, sendo marcada por 29 professores.

Nas demais alternativas coletou-se o seguinte resultado: Cheque especial (12), Dívida para o próximo mês (11), sem resposta (11), cartão de crédito (8), agiota (1) e outros meios (1).

Diante do exposto, observa-se que existem alguns profissionais que poderiam rever suas despesas para que o salário cubra tal valor. Em relação aos meios utilizados quando necessitam de dinheiro encontra-se a grande adoção de empréstimos.

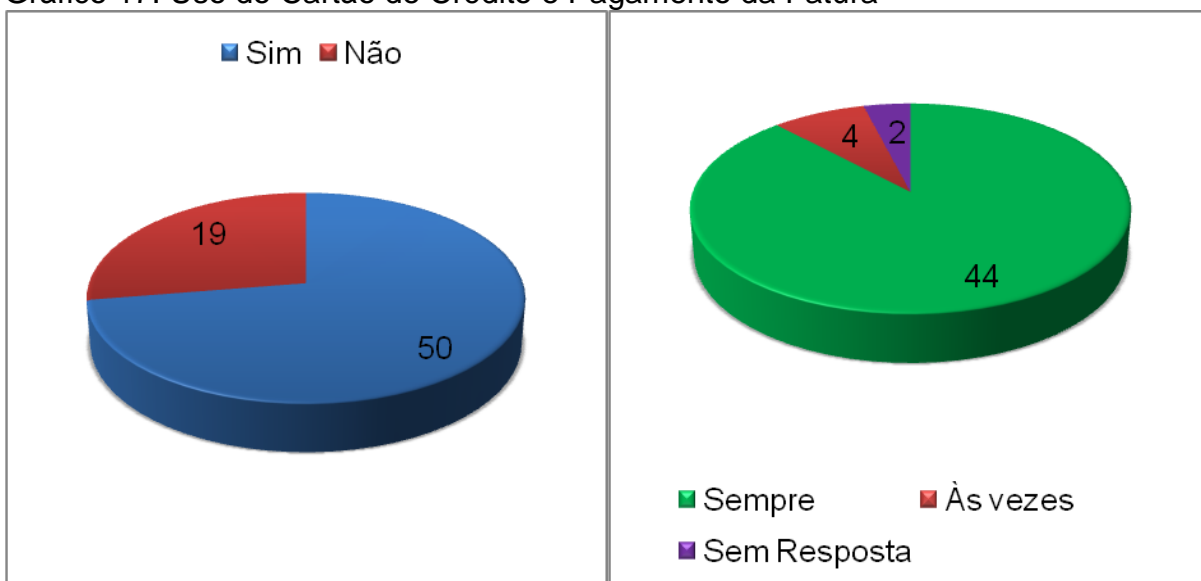
A amostra investigada demonstra desinteresse em pagamento em dia, para estes 11 professores orienta-se o cuidado com os altos juros que podem envolver as dívidas passadas para o próximo mês. Observa-se também, a carência do bom planejamento onde verifiquem antes todas as despesas para que estas não ultrapassem o valor auferido no mês.

A agiotagem é pouco procurada, somente um pesquisado recorre a este tipo de empréstimo. É importante saber que agiotagem é contravenção e normalmente o agiota cobra taxas de juros exorbitantes.

e) Cartão de Crédito

Por meio do Gráfico 17 é possível identificar quantos professores utilizam o cartão de crédito e averiguar com que frequência realizam o pagamento total da fatura.

Gráfico 17: Uso do Cartão de Crédito e Pagamento da Fatura



Fonte: Elaborado pela autora.

O cartão de crédito é utilizado por 50 professores, o que mostra sua popularidade e aceitação.

Aos que utilizam tal recurso 44 afirmam que sempre pagam o total da fatura, apenas 4 professores às vezes pagam parcialmente a fatura. Em dois questionários não obteve-se resposta. As seguintes alternativas: “raramente” e “efetua apenas o pagamento mínimo todos os meses” não receberam marcações.

Frente ao altíssimo juro que envolve as operações em atraso com cartões, o resultado coletado mostra que o grupo pesquisado tem consciência desses encargos e procura sempre pagar o total da fatura em seu vencimento.

3.7 HÁBITOS DE SEGURIDADE

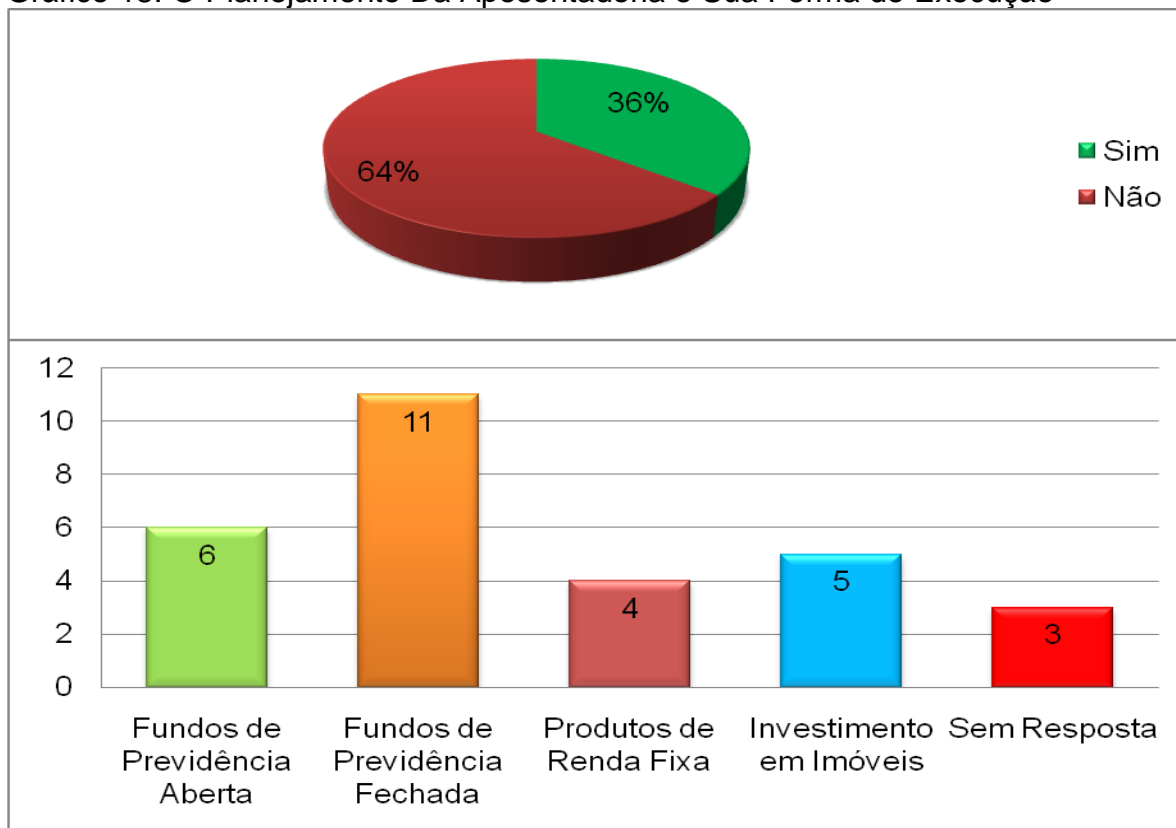
A última etapa da pesquisa objetivou coletar informações a respeito do planejamento da amostra analisada frente à aposentadoria e também se possuem algum tipo de seguro.

a) Aposentadoria

A pesquisa investigou também a quantidade de professores que planejaram ou não sua aposentadoria, aos que já o fizeram, questionou-se qual a

forma utilizada. Salienta-se que os professores poderiam escolher mais de uma das opções de planejamento. Os resultados estão ilustrados no Gráfico 18.

Gráfico 18: O Planejamento Da Aposentadoria e Sua Forma de Execução



Fonte: Elaborado pela autora.

A existência de algum planejamento para a aposentadoria existe em apenas 36% dos pesquisados o que equivale a 25 professores. A estes, foi questionado o meio de planejamento utilizado.

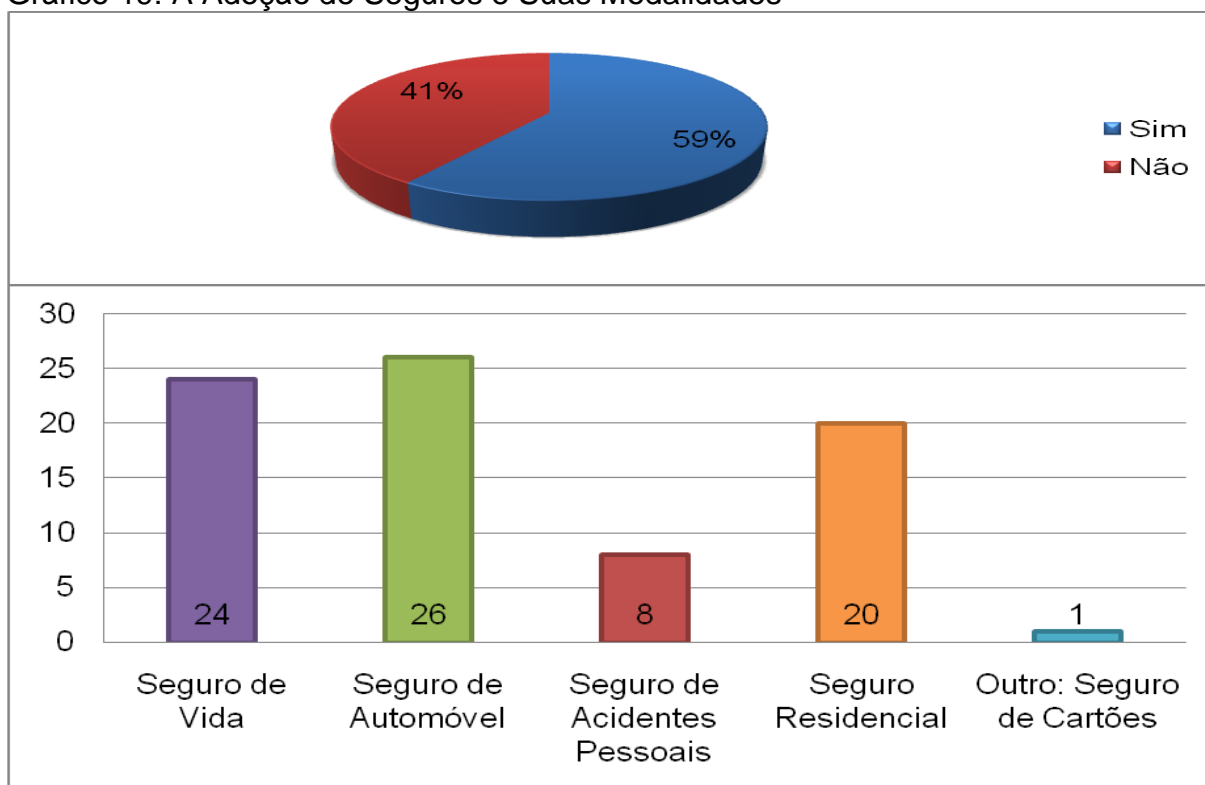
A maioria dos pesquisados, possui um plano de previdência fechada observando-se 11 respostas para tal alternativa. Em seguida, existem 6 professores que possuem um plano de previdência aberta. O investimento em imóveis é utilizado por 5 pessoas e por fim, 4 planejaram a aposentadoria por meio dos produtos de renda fixa. Nenhum dos professores utiliza-se dos produtos de renda variável. Em três questionários em que há um planejamento da aposentadoria não foi mencionado o modo como é planejada.

Observa-se a carência de tal planejamento na amostra investigada, pois 44 professores ainda optaram por nenhuma alternativa que foque tal fim.

b) Seguros

A pesquisa em sua última etapa investigou se o grupo pesquisado possui ou não algum tipo de seguro. Aos que possuem, identificaram-se quais as modalidades contratadas. Essa questão admitia que o professor assinalasse mais de uma alternativa. Os resultados são visualizados por meio do Gráfico 19.

Gráfico 19: A Adoção de Seguros e Suas Modalidades



Fonte: Elaborado pela autora.

Verifica-se que 59% dos professores possuem algum tipo de seguro. Tal percentual equivale a 41 professores. O que demonstra que o grupo pesquisado preocupa-se em resguardar aquilo que conquistaram.

Em análise às modalidades contratadas, identifica-se que as mais contratadas são: seguro de automóvel (26); seguro de vida (24) e seguro residencial (20). Uma pequena parcela possui seguro de acidentes pessoais totalizando 8 professores nesse tipo. Esta questão possuía uma alternativa para que os professores indicassem outros tipos de seguros, em um deles obteve-se o uso do seguro de cartões.

Diante do diversificado mercado de seguros, observa-se que a amostra investigada não tem o hábito de contratar alguma dessas modalidades para amparar suas finanças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial para o cidadão ter conhecimentos a respeito das finanças pessoais. Desse modo, poderá planejar-se com um orçamento que o auxilie a manter suas contas em dia, evitando-se o endividamento e consumo imediatista. Tal tarefa não é fácil, pois muitas vezes implica em mudança de hábitos, o que exige disciplina, organização e tempo.

Observa-se que a contabilidade poderá auxiliar e muito nesse processo, pois possui ferramentas que, quando adaptadas ao meio pessoal colaboram para que o controle dos recursos seja acompanhado e analisado. Saindo da esfera voltada para as pessoas jurídicas e servir também, às pessoas físicas.

Com base nisso, buscou-se investigar nesta pesquisa como o grupo pesquisado administra seus recursos pessoais. O estudo envolveu professores de três escolas públicas do município de Araranguá.

Com tal objetivo geral, o trabalho apresenta quatro objetivos específicos, sendo o primeiro a revisão bibliográfica buscando conhecimento teórico para fundamentar a pesquisa realizada. O segundo, compromete-se em apresentar as ferramentas que podem ser adaptadas ao meio pessoal. O terceiro preocupa-se em listar os principais produtos financeiros, tanto de aplicações como de empréstimos que o sistema financeiro oferece à pessoa física. E por fim, o quarto objetivo, consiste em verificar os hábitos de investimento, pagamento e seguridade dos profissionais pesquisados.

Os três primeiros objetivos, foram alcançados por meio da análise bibliográfica. Sendo o 2º objetivo concluído com o auxílio do *site* BMF&Bovespa, onde encontrou-se e adaptou-se uma planilha eletrônica de orçamento pessoal. Tais resultados estampam-se no Capítulo 2 deste trabalho.

Após atingidos tais objetivos, aplicou-se um questionário envolvendo um censo junto aos professores da rede estadual investigando-se três escolas. O objetivo consistiu em verificar quais ferramentas contábeis são utilizadas por eles, além de verificar os hábitos de investimento, pagamento e seguridade dos profissionais pesquisados, e deste modo atingiu-se o 4º objetivo do trabalho, seus resultados estão elencados no Capítulo 3.

A pesquisa primeiramente procurou caracterizar a população investigada. Sendo obtidas 69 participações em um universo composto por 85 professores. A

maior parte da população é composta por mulheres, a idade predominante do grupo pesquisado concentra-se entre 41 e 50 anos. Investigou-se a escolaridade dos professores, observando-se que 67% possuem especializações, o que demonstra interesse de não ficar apenas com a graduação.

A respeito da educação financeira do grupo, observa-se que os professores investigados julgam importante para o cidadão possuir educação financeira. Os pais são a maior fonte de tais ensinamentos, identifica-se que escolas e graduações possuem carência em tal assunto, sendo pouco lembradas pelos pesquisados.

O grupo pesquisado possui pouco conhecimento a respeito dos mais variados produtos de investimentos, onde mencionam na maioria dos casos, terem um bom conhecimento apenas sobre a Caderneta de Poupança. Em um dos questionários, coletou-se como produto de investimento a conta-corrente. O que mostra a necessidade de busca de conhecimentos a cerca das finanças pessoais.

As entradas e saídas de recursos financeiros são controladas pela maior parte da população investigada. Tal controle é executado por meio de simples anotações, esta pergunta possuía também como alternativa: demonstrações contábeis sendo assinalada em apenas dois questionários. No entanto, quando questionados a respeito das ferramentas contábeis 34% da população, afirma tê-las em seu controle sendo o fluxo de caixa e o orçamento as ferramentas mais utilizadas por eles. Este resultado mostra que, o grupo pesquisado não possui conhecimento a respeito dos termos contábeis, mas, utilizam em seu cotidiano as ferramentas.

Um ponto preocupante é que grande parte do grupo possui dívidas no cartão de crédito, e que 4% dos professores costumam atrasar esses compromissos. Alerta-se que esses profissionais tomem cuidado com as dívidas atrasadas no cartão de crédito, pois as mesmas envolvem altos juros.

Existem alguns professores do grupo que já ficaram inadimplentes e o maior motivo mencionado, é a falta de planejamento e controle dos recursos financeiros. Tal fato poderá ser evitado por meio de maiores conhecimentos no âmbito das finanças pessoais, de modo a elaborar-se um planejamento e controle efetivo dos recursos para que se tenha uma boa saúde financeira.

Quanto aos hábitos de seguridade, observa-se que o planejamento da aposentadoria ainda não foi pensado pela maioria dos pesquisados. Ao grupo que

respondeu positivamente ao questionamento, observa-se que o realizam por meio de previdência fechada. Algo, que todos os professores possuem, porém poucos reconhecem tal benefício.

Um dado positivo coletado é que, entre os professores, existe a consciência de aderirem a algum tipo de seguro. Merecendo destaque as modalidades de automóvel e de vida.

Diante disso, conclui-se que a população pesquisada necessita de mais conhecimentos no campo das finanças pessoais, para que se alcance o reconhecimento por parte do cidadão da verdadeira contribuição da Ciência Contábil neste sentido. Observa-se, que esta ciência possui muitas ferramentas que podem sair da esfera empresarial e adaptarem-se ao meio pessoal. Torna-se interessante, disseminar tais conhecimentos por meio de novos trabalhos que envolvam oficinas voltadas para o planejamento financeiro pessoal, de modo a conscientizar sobre a importância desse tema para a vida do cidadão.

REFERÊNCIAS

ANDREZO, Andrea F.; LIMA, Iran S. **Mercado Financeiro: aspectos conceituais e históricos**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência: Filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thomson, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BARROS, Aidil da Silveira Barros; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia: um guia para iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BEUREN, Ilse (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BLATT, Adriano. **Contabilidade para quem não entende do assunto**. São Paulo: Negócio, 2000.

BM&FBOVESPA. **Educacional**. Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/cursos/online/financas-pessoais-online.html>> Acesso em: 04 abr. 2012.

_____. **Educacional**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/cursos/online/mercado-de-acoes-online.html>> Acesso em: 04 abr. 2012.

BODIE, Zvi; MERTON, Robert C. **Finanças**. Porto Alegre: Bookman, 1999.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. Medida Provisória n. 567, de 3 de maio de 2012. Altera o art. 12 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Mpv/567.htm> Acesso em: 24 maio 2012.

BRITO, Osias Santana de. **Mercado Financeiro: Estruturas, Produtos, Serviços, riscos, controle gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. **Administração: teorias e processo**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CERBASI, Gustavo. **Casais Inteligentes Enriquecem Juntos: finanças para casais**. São Paulo: Gente, 2004.

_____; BARBOSA, Christian. **Mais Tempo Mais Dinheiro:** estratégias para uma vida mais equilibrada. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2009.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia financeira:** quebre o ciclo de gerações endividadas e construa sua independência financeira: o livro que mudará sua vida financeira. 4. ed. São Paulo: Elevação, 2007.

EKER, T.Hary. **Os segredos da mente milionária.** Tradução: Pedro Jorgensen Junior. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

FERREIRA, Rodrigo. **Como Planejar, Organizar e Controlar seu Dinheiro.** São Paulo: IOB Thomson, 2006.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria:** teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro:** Produtos e Serviços. 16 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 2005.

FRANKENBERG, Louis. . **Seu futuro financeiro:** você é o maior responsável. 16 ed Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS. **Características.** Disponível em: <http://www.fgc.org.br/?conteudo=1&ci_menu=48> Acesso em: 05 abr. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

HALFELD, Mauro. **Investimentos:** como administrar melhor seu dinheiro. 3. ed. atual São Paulo: Fundamento, 2007

HOJI, Masakazu. **Finanças da família:** o caminho para independência financeira. São Paulo: Profitbooks, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio (Coord.). **Contabilidade introdutória.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____; MARION, José Carlos. **Introdução a teoria da contabilidade:** para o nível de graduação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai rico, pai pobre:** o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. 64. ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LIMA, José Geraldo de. **Administração financeira.** 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1975.

LUQUET, Mara. **Guia valor econômico de finanças pessoais.** São Paulo: Globo,

2000.

MACEDO JUNIOR, Jurandir. **A Árvore do Dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

MARTINS, José Pio. **Educação financeira ao alcance de todos: adquirindo conhecimentos financeiros em linguagem simples.** São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

OLIVEIRA, Gilson Alves de; PACHECO, Marcelo Marques. . **Mercado financeiro: objetivo e profissional.** São Paulo: Fundamento Educacional, 2006.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura e aplicação.** São Paulo: Thomson, 2003.

PASCHOARELLI, Rafael. **A regra do jogo: descubra o que não querem que você saiba no jogo do dinheiro.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

RECEITA FEDERAL. **Alíquotas do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - a partir do exercício de 2012.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aliquotas/ContribFont2012a2015.htm>> Acesso em: 01 abr. 2012.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa.** 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, José Odálio dos. **Análise de crédito: empresas e pessoas físicas.** São Paulo: Atlas, 2000.

SHER, Brian. **O que os Ricos Sabem e não Contam Sobre o Dinheiro.** São Paulo: Fundamento, 2009.

SILVESTRE, Marcos. **12 Meses para enriquecer: o plano da virada.** São Paulo: Lua de Papel, 2010.

SUSEP. **Seguros.** Disponível em: <http://www.susep.gov.br/setores-susep/seger/coate/cartilha_susep2e.pdf/view> Acesso em: 05, maio, 2012.

TESOURO NACIONAL. **Tesouro Direto.** Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 31 mar. 2012

THEÓPHILO, Carlos Renato; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TOMMASI, Alessandro; LIMA, Fernanda de. **Viva melhor sabendo administrar suas finanças.** São Paulo: Saraiva, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A- Questionário Aplicado no Levantamento de Dados

Acadêmica: Eliana Marcon Cadorin

Orientador :Angelo Natal Périco, MSc

Querido (a) Professor (a),

Venho por meio deste, solicitar a sua colaboração para responder as questões abaixo, que vão possibilitar a execução de pesquisa de campo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Ciências Contábeis da UNESC. Cujo tema almeja identificar “As ferramentas da Contabilidade na gestão do planejamento financeiro pessoal.”

Dados Pessoais

1. Qual o seu gênero?

Masculino Feminino

2. Em qual das faixas etárias você se enquadra?

Até 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos mais de 50 anos.

3. Qual o seu estado civil?

solteiro (a) casado (a) divorciado (a)

4. Qual a sua escolaridade?

graduação especialização mestrado outro_____

5. Qual é a sua fonte de renda? (Múltipla escolha)

Emprego Investidor Outros. Qual (s)?_____

6. Qual é a sua renda mensal?

até 1.000,00 1.001,00 a 2.000,00 2.001,00 a 3.000,00 acima de 3.000,00

7. Sua renda mensal é?

individual familiar (ajuda a outra(s) pessoa (s))

Educação Financeira

8. Em sua vida, quem lhe orientou sobre educação financeira? (Múltipla escolha)

- pais escola graduação ninguém, buscou orientação sozinho
 outros_____

9. Você julga importante para o cidadão a educação financeira pessoal?

- Sim Não

10. Em quais destes tipos de investimento do mercado financeiro você tem um bom conhecimento? (Múltipla escolha)

- Caderneta de Poupança Ações Títulos Públicos
 Previdência Privada Títulos Bancários – CDB/RD
 Outros_____ Não tenho conheço nenhum deles.

Ferramentas Contábeis no Planejamento e Controle Financeiro Pessoal

11. Você realiza algum tipo de controle das entradas e saídas de seus recursos financeiros? Se positivo, responder questão 12 e 13, se negativo, responder a questão 15.

- sim não

12. De que modo esse controle é efetuado?

- Simples anotações Planilhas eletrônicas Demonstrações Contábeis
 outro controle. Qual?_____

13. Você utiliza alguma ferramenta contábil para fazer seu planejamento? Se sim, responda a pergunta 14.

- sim não

14. Quais das ferramentas contábeis a seguir, você costuma utilizar? Múltipla escolha.

- Balanço Patrimonial Fluxo de Caixa Orçamento DRE

15. Qual motivo o leva a não ter um controle de seus recursos?

- Não conhece nenhuma ferramenta Julga desnecessário tal controle
 Dificuldade em controlar e levantar os dados Falta de Tempo Outros

Hábitos de Investimento

16. Qual o percentual de seu salário/renda você investe?

- De 1% a 10% De 10% a 20% De 20% a 30% Mais de 30%
 Não investe

17. Em quais destes tipos de investimento do mercado financeiro você faz aplicações? (Múltipla escolha)

- Caderneta de Poupança Ações Títulos Públicos
 Previdência Privada Títulos Bancários – CDB/RDB
 Outros _____

Hábitos de Pagamento

18. Atualmente você possui dívidas? Se sim, em quais dos itens a seguir?

- Cartão de Crédito Cheque Especial Financiamento de veículo
 Empréstimo a parentes/ou em instituições financeiras
 Financiamento de imóvel

19. Você costuma atrasar os pagamentos dos compromissos financeiros?

- sim não

20. Você já teve alguma restrição de crédito gerada por inadimplência?

- sim não

21. Caso a resposta for positiva qual motivo o levou a isso?

- perda de emprego problemas de saúde outros
 Gastos maiores do que a renda Falta de planejamento e controle

22. Seu salário é suficiente para cobrir suas despesas mensais?

- Sim Não

23. A qual desses meios você recorre quando necessita de dinheiro?

- Cartão de Crédito Cheque Especial Agiota
 Empréstimo a parentes/ ou em instituições financeiras
 Passo a dívida para o próximo mês, pagando juros.
 outros. Quais? _____

24. Você é usuário do Cartão de Crédito?

- sim não

25. Se a resposta acima for positiva, você costuma pagar o total da sua fatura:

- sempre às vezes raramente pagamento mínimo todos os meses.

Hábitos de Seguridade

26. Você já planejou sua aposentadoria?

- sim não

27. Caso a questão anterior tenha resposta positiva, por meio de quais produtos este planejamento é executado?

- Fundos de previdência aberta
 Fundos de previdência fechada
 Investimentos em poupança, tesouro direto, fundos de renda fixa
 Investimentos em imóveis
 Investimentos no mercado de ações, fundos de renda variável

28. Você possui algum tipo de seguro?

- sim não

29. Caso a resposta for positiva, indique quais desses seguros você possui.

- Seguro de Vida Seguro de Acidentes Pessoais
 Seguro de Automóvel Seguro Residencial
 Outro. Qual? _____